



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

ANDRÉ CAMARGO RODRIGUES UZÊDA

**“PIOR QUE TÁ NÃO FICA”:
ANÁLISE DO HUMOR SOB A VIGILÂNCIA DO POLITICAMENTE
CORRETO**

**SALVADOR
2010**

ANDRÉ CAMARGO RODRIGUES UZÊDA

**“PIOR QUE TÁ NÃO FICA”:
ANÁLISE DO HUMOR SOB A VIGILÂNCIA DO POLITICAMENTE
CORRETO**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo

Orientador: Profº Drº Maurício Nogueira Tavares

**SALVADOR
2010**

ANDRÉ CAMARGO RODRIGUES UZÊDA

**“PIOR QUE TÁ NÃO FICA”:
ANÁLISE DO HUMOR SOB A VIGILÂNCIA DO POLITICAMENTE
CORRETO**

BANCA EXAMINADORA:

Profº Drº Maurício Nogueira Tavares – UFBA

Profº Drº Malu Fontes – UFBA

Profº Mestre André Setaro – UFBA

Ao Palhaço Carequinha e
toda a minha família

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, @Jorgeuzeda e @MaraLúcia, pelo apoio incondicional em todos os momentos de dificuldades que este trabalho apresentou. Agradeço imensamente pelo apoio. Devo mais essa!

Aos irmãos, @Leninauzeda, @Elisuzeda e @Peuuzeda, pela compreensão e companheirismo mesmo nos pequenos gestos. Fico feliz em dividir um momento especial como esse com vocês.

A @Verenaborges, pelas ligações de incentivo e momentos de “cabeça de gelo” durante o percurso de pesquisa e escrita desta monografia.

Ao orientador @MauricioTavares, que iluminou o caminho deste trabalho, participando ativamente da sua produção, riscando, com um piloto vermelho, erros detectados anteriormente.

Ao @ECBahia, pela alegria deste fim de ano, de volta à Primeira Divisão. A sua @torcida também, mais engraçada e politicamente incorreta, impossível!

A todos os amigos, politicamente corretos ou politicamente incorretos, que compartilharam algum momento de discussão durante a produção desta monografia.

#Muitoobrigado!

RESUMO

Fincado em direitos de igualdades para as minorias, o movimento do politicamente correto, ou correção política, surgido no bojo dos Estudos Culturais, na década de 1960, nos Estados Unidos, exerce uma verdadeira patrulha comportamental e linguística na sociedade atual. Com seu caráter inerente da gozação e zombaria, o humor é um dos principais afetados por esta vigilância imposta. Neste trabalho, usando a obra do cartunista Allan Sieber, *Assim Rasteja a Humanidade*, analiso os mecanismos do humor politicamente incorreto para se consolidar no assunto, sem ferir tais convenções ideológicas impostas. Como forma de drible ao politicamente correto, analisarei as caracterizações de Sieber a respeito dos gays, mulheres e negros nestes tempos de patrulha linguística.

Palavras-chave: politicamente correto, patrulha, humor, gays, mulheres e negros.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartum de Allan Sieber sobre homossexualidade	p. 64
Figura 2 – Cartum de Allan Sieber sobre homossexualidade	p. 69
Figura 3 – Cartum de Allan Sieber sobre homossexualidade	p. 72
Figura 4 – Cartum de Allan Sieber sobre o machismo	p. 74
Figura 5 – Cartum de Allan Sieber sobre o machismo	p. 77
Figura 6 – Cartum de Allan Sieber sobre o machismo	p. 79
Figura 7 – Cartum de Allan Sieber sobre o negro	p. 81
Figura 8 – Cartum de Allan Sieber sobre o negro	p. 83
Figura 9 – Cartum de Allan Sieber sobre o negro	p. 85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O HUMOR	12
1.1 Humor: cultural ou universal?	13
1.2 A evolução do humor na história ocidental	21
1.3 O que nos faz rir? E para que serve o humor?	34
2. O POLITICAMENTE CORRETO	40
2.1 Ação do Mercado	40
2.2 Surgimento da correção política	44
2.3 Radicalização do movimento	47
2.4 Eufemização e patrulha dos termos	51
2.5 Cartilha Brasileira	59
3. ANÁLISE: O HUMOR VIGIADO	62
3.1 Piadas sobre gays, travestis etc	64
3.2 Piadas machistas	74
3.3 Humor negro; humor sobre negros	81
CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de uma indagação que tem sua resposta beirando a obviedade. Em uma sociedade midiaticizada, como a nossa atual, com facilidade de reprodução técnica e equipamentos que penetram ambientes antes reservados, a busca dos agentes sociais frequentemente cobertos pela mídia é por uma conduta neutra, asséptica, que prime por um envolvimento moral politicamente correto em questões polêmicas.

Na campanha presidencial de 2010, entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), pudemos acompanhar a construção da imagem dos candidatos, mediada por marqueteiros políticos e *media training*, sendo pautada por temas morais, como aborto, casamento gay, religiosidade etc. O politicamente correto tem ganhado terreno como força discursiva e, devido sua própria natureza de levar ao constrangimento público aquele que burla sua lógica, tem se tornado uma verdadeira patrulha inquisitória aos desvirtuados, racistas, homofóbicos e machistas, pelo menos assim considerados pela fogueira da correção política.

E o humor, como fica nesta história toda? O discurso humorístico é denunciante pela sua própria natureza. Define Bergson, no clássico do gênero, *O riso*, "o humor castiga os maus costumes". Dentro de uma patrulha que exige comportamento e linguagem neutra, como pensar um humor que ainda age no intuito de tornar cômico personagens e situações historicamente risíveis? Teriam desaparecido, após o politicamente correto, piadas sobre gays, mulheres e negros?

Diante desta indagação de resposta instantânea e lógica - é claro que não! - lanço a questão principal deste trabalho. Como o humor sob a vigilância do politicamente correto trata questões sexistas e raciais, sem ferir direitos conquistados e sem deixar de ser humor? Para tal desafio, me proponho a analisar o livro de cartuns *Assim Rasteja a Humanidade*, do cartunista Allan Sieber, que autoproclama-se politicamente incorreto. Cabe a consideração que, por se tratar de uma publicação, sujeita a implicações jurídicas, jamais o humor praticado neste livro será semelhante as anedotas da oralidade veiculadas pelo povo. Ou seja, até que tenha a pretensão de ser politicamente incorreto, esta obra já está sujeita a algumas implicações da vigilância prévia, como está

estampado na própria apresentação do livro, feita pelo cartunista também Jaguar, que afirma ter limado alguns cartuns mais ofensivos que poderiam gerar "rebu" para a editora.

A análise da obra, que consta no capítulo III deste trabalho, confronta as técnicas humorísticas de Freud, Bergson e Raskin aos preceitos defendidos pelo politicamente correto, tentando identificar nos traços de Sieber dribles ao politicamente correto, assimilações a este discurso, ou mesmo confrontos diretos. São nove cartuns analisados, três sobre cada temática considerada polêmica: piadas sobre gays, travesti e sodomitas; piadas sobre mulheres e piadas sobre negros.

Anterior à análise da obra, no primeiro capítulo deste trabalho, escrevo sobre a formação do humor ocidental e outras implicações sofridas por ele (o humor) para se firmar como prática social permitida. Os alvos de chacota no Império Romano e da Itália Moderna eram os mesmos? Quais as técnicas empregadas, e quais as forças que igualmente patrulhavam o efeito corrosivo do humor?

Ainda no primeiro capítulo, baseado na discussão entre linguístas e historiadores se o humor é universal (defendido pelo primeiro grupo) ou cultural (bandeira do segundo), tento estabelecer parâmetros para discutir o humor brasileiro, quais suas características e sua forma de agir.

No Ceará, no início do século XIX, o humor utilizado nos pasquins e jornais da época era a ferramenta das elites para achincalhar as classes menos favorecidas, promovendo uma "civilização de costumes". Como também está posto neste trabalho, pela pesquisadora Sandra Leal, o humor racial brasileiro é uma forma de "via freqüente e significativa de expressão e consolidação do racismo". Estes temas e mais a importância do humor e sua utilização social também serão discutidos neste trabalho.

Como forma de situar historicamente e entender as bandeiras de defesa do discurso, o segundo capítulo deste trabalho é dedicado ao politicamente correto. No capítulo trago a gênese e contexto do movimento, puxado pelas feministas, ainda na década de 1960, no bojo dos Estudos Culturais. A preocupação excessiva com a conduta neutra e posteriormente a radicalização do movimento da correção política são itens

fundamentais para entender aquilo que Sírio Possenti, Roberto Baronas e António Bento classificam como uma "língua de madeira". Bento, aliás, vai além e compara a eufemização do politicamente correto a "Novilíngua", do romance ficcional de George Orwell, 1984.

Refeito o percurso da conceituação história, entendendo o processo do humor e suas variantes e a formação discursiva do politicamente correto e sua radicalização, não perco de vista o objetivo deste trabalho, que é justamente pôr em um campo de batalha os interesses do humor e as interdições feitas pela correção política.

Antes de iniciar o texto, apenas uma explicação. O título deste trabalho "Pior que tá não fica" não indica uma visão pessimista do autor em relação a batalha posta entre humor x politicamente correto, ainda que acredite que a correção política tem levado vantagem neste embate, fincando bandeiras moralistas e conservadoras na sociedade.

O título é uma permissão do autor, na verdade mais um chiste, brincando com o bordão da candidatura do palhaço Tiririca a Deputado Federal, por São Paulo. Sem qualquer proposta e apenas fazendo graça, o humorista foi o parlamentar eleito com a maior votação no país em 2010, 1,3 milhão de votos, naquela mesma eleição em que prevaleceram os temas morais, religiosos e politicamente corretos.

1. O HUMOR

"As pessoas que buscam causas metafísicas para o riso não são alegres" (Voltaire)

O objetivo deste capítulo é analisar o humor em uma perspectiva histórica, tentando entender os enteveros pelos quais ele (como elemento cultural e discursivo) passou para se estabelecer como hábito legítimo na sociedade ocidental. Recuperar traços do humor praticado na Antiguidade, Idade Média, Período Moderno e Contemporâneo se faz necessário para além de uma simples reconstrução da linhagem histórica.

O princípio buscado é entender o que fez o homem (e mulher, já que o tema deste trabalho é também o politicamente correto) rir em uma sociedade dominada pela razão, força, religião, mercado etc, e quais as implicações que o humor traz enquanto constrangimento para os níveis sociais estabelecidos.

Esta última questão citada é, aliás, o objeto maior deste capítulo. Como o trabalho em questão trata da disputa entre o humor e o politicamente correto nos dias atuais, forçando diálogos entre estes dois pólos, a melhor alternativa encontrada foi caracterizar outras linhas discursivas que interditarão ou concederão voz de fala ao humor no percurso histórico.

Outro ponto que julgo fundamental conter neste capítulo é a defesa do humor propriamente dito. A partir da análise dos textos de autores que consagram o assunto, busco as funções talhadas como vitais para o estabelecimento do discurso humorístico, bem como seu entendimento como campo profissional.

1.1 Humor: cultural ou universal?

A primeira discussão que cabe neste trabalho é a indagação: do entendimento do humor como elemento cultural ou como elemento universal. Aqui considero o humor, tal como Bergson e Freud, os consagrados na área, citados anteriormente, como uma variedade de formas: troca de palavras, apotegemas, trotes, trocadilhos, obscenidades, farsa ou sandice.

Na definição do dicionário Houassiss, humor é:

1- estado de espírito; temperamento 2 - p. ext. graça, comicidade 3. nome de vários fluídos existente no corpo (bílis, sangue, linfa etc).

Na etimologia da palavra temos definições semelhantes. No sentido estrito, a definição de humor é nova. Seu significado que encontramos atualmente, segundo registrado pela primeira vez pelos historiadores, data de 1682, na Inglaterra. Antes disso o termo designava disposição mental ou temperamento (BREMNER e ROODENBURG, 2000 , p.13).

Ainda segundo os autores, Lorde Shaftesbury definiu o humor, em 1709, no Concise Oxford Dictionary – uma espécie de catálogo ou dicionário de termos – como "facícia, comicidade; menos intelectual e mais agradável que o chiste".

Em época próxima, Voltaire buscava no termo sua derivação francesa, dando a entender que a nova definição dada pelos ingleses tinha raízes nos termos da França. O *humour* inglês derivaria do *humeur* francês, que vinha da expressão "plaisanterie natuelle" (brincadeira natural). (Idem, p, 39).

Segundo admitem Bremner e Roodenburg a interpretação do termo em inglês, alinhado ao sentido dos fluídos corporais (sangue, fleugma, bílis e bílis negra) é notavelmente

associado ao léxico francês, muito embora o novo significado da palavra, tal qual usamos atualmente é, muito provavelmente inglesa, apesar do bairrismo de Voltaire em tentar puxar para a língua latina a derivação. Uma das evidências, expõe os autores, é uma citação do francês Vitor Hugo, em 1862, que descreve o novo significado como "essa coisa inglesa chamada humor".

Após este floreio acerca do termo, voltemos agora à questão inicial. O humor pode ser tratado como um elemento cultural, entendido essencialmente como fruto do seu tempo, ou como ente universalista rompendo as fronteiras da sua época originária?

De acordo com Le Goff, o riso é um fenômeno cultural, sendo compreendido e mutável a partir da sociedade e a época em que está filiado. Atitudes corpóreas em relação ao riso, maneira como é praticado, alvos e formas buscadas são aspectos que encorpam a tese. O historiador define o riso como "um fenômeno social". (LE GOFF, 2000, p. 65).

Outro pesquisador do tema, o antropólogo holandês Driessen, caracteriza o humor como reflexo das percepções culturais mais profundas, oferecendo instrumento para compreender os modos de pensar e moldar a cultura. Ainda segundo ele, a análise antropológica e histórica do humor parte da premissa que a realidade é constituída de fatores sociais e culturais. (DRIESSEN, 2000, p. 251).

Para os dois autores citados, o humor é fortemente baseado na cultura que se origina, sendo, inclusive, excelente pista para entender a sociedade através dos termos jocosos e comportamentos subversivos ou a serviço do poder (uma função extremamente associada ao humor por muitas vezes ignorado pelo senso comum).

Driessen traz um exemplo particular para ilustrar sua teoria de como o humor é parte essencial da cultura e como pode ser desperdiçado quando modificado da sua língua e expressão original. A piada que será contada abaixo foi ouvida pelo próprio autor da boca de um marroquino. Acompanhe o texto seguido das explicações do autor sobre a perda do significante da piada durante o percurso exposto aqui.

O rei Hassan viajava para a França em seu jato particular. Sobrevoando a região de Rife ao norte da África, ele

olhou para as montanhas lá embaixo e pensou em voz alta sobre os problemas econômicos e políticos do seu reino. "O que posso fazer para tornar estas pessoas felizes?", ele suspirou, dirigindo-se ao conselheiro. Este, nascido em Rife, respondeu: "Bem, Majestade, atire seu relógio de ouro pela janela e quem o encontrar será feliz". "Hum, pode ser, mas nesse caso só farei um rifenho feliz", respondeu o rei. O conselheiro pensou por um instante e replicou: "Há uma solução simples para esse problema, Majestade". "Diga-me qual é, meu amigo". "Bem, Majestade, se saltardes depois de seu relógio não fareis apenas os rifenhos felizes, mas toda a nação. (Idem, Ibidem)

Aqui as explicações do historiador para considerar este texto como exemplo de uma teoria cultural do humor, indissociável do seu período.

Meu companheiro contou-me essa piada em espanhol. Ela circula amplamente entre os rifenhos. Ele ouvira pela primeira vez no idioma local (o tamazkght) e por isso precisou traduzi-la para mim. No dia seguinte, anotei-a em holandês e, para esse artigo, eu a traduzi para o inglês. Esta quádrupla tradução, interpretação, textualização e evocação é um processo delicado no qual a expressão da piada é deslocada em quatro mudanças. (Idem, Ibidem)

As quatro traduções da piada relatadas por Driessen (que no caso deste trabalho incluiria mais uma, a do inglês para o português), além da mudança da língua tem também a transformação da oralidade para a escrita, que deixa de lado questões como timbre de voz, gestual, mímicas e recursos outros utilizados na forma de contar a anedota. Para o antropólogo, levando tudo isto em conta, "parte da graça da piada se perde inevitavelmente durante o processo".

Para melhor entendimento do texto, Driessen ainda contextualiza o cenário onde está inserido a piada ilustrada acima. Em 1959, Hassan, à época príncipe herdeiro, comandou o exército que reprimiu um movimento nas aldeias do Rife central. Outro dado importante trazido pelo autor é a opinião que o povo marroquino traz acerca dos conselheiros reais, vistos como pessoas indignas de confiança. Após o esclarecimento, o autor ratifica que a piada é parte de uma experiência que não pode ser desconectada, o

que explica seu forte teor cultural.

O linguísta Sírio Possenti traz outro entendimento para a mesma questão. Segundo ele, o humor deve ser analisado pelo prisma do universalismo e não algo restrito ao aspecto cultural, simplesmente. Para tal afirmação Possenti não nega que o humor encontre raízes na cultura, mas outros tantos aspectos assim também o são, sem que a estes fiquem marcados por este peso, unicamente.

Só o humor é cultural? (se outras coisas também o forem, para que afirmar isso do humor?). Ou que o humor é mais cultural, mais dependente da cultura, do que outros textos, ou mesmo outros comportamentos, como pedir café em um bar, seguir as regras de uma cerimônia de casamento, de um almoço, de um enterro? (POSSENTI, 2010, p.121.)

Para Possenti, caracterizar o humor como sendo cultural só tem validade quanto premissa no reconhecimento que tudo o mais também é cultural, o que em pouco (ou nada) acrescenta para a discussão.

Para confirmar o universalismo ele nega os estudos de Daninos, em francês, *Le tour du monde du rire* (sem tradução para o português), que afirma que diferentes povos riem de diferentes objetos. Sendo que algo que pode estimular ao riso uma determinada sociedade, baseado na cultura, vivência de mundo e aspectos simbólicos e significantes, pode provocar nenhuma reação para outra célula social.

O exemplo posto pelo francês Daninos é: o homem traído na França, o dito *cornio*, faz rir os franceses, mas para os americanos a mesma caracterização não passa de "um homem roubado, vítima de abuso de confiança". Isto explicaria a razão das comédias de maridos na França serem um absoluto sucesso e nos EUA e na Inglaterra não. Desta forma Daninos corroboraria com as teorias de Le Goff e Driessen sobre os aspectos fundamentalmente culturais arraigados ao humor.

De acordo com Possenti, porém, a questão que os "culturalistas do humor" ignoram é que o humor é provocado por um conjunto de técnicas utilizadas para alcançar tal

objetivo, e que a simples evocação de temas (quaisquer que sejam, em qualquer cultura) não provocam a reação do riso. Não seria apenas falar de homens traídos que arrancaria a gargalhada dos franceses, se assim fosse qualquer um poderia ser um humorista bem sucedido. (Idem, p. 44).

O que provoca o humor é um conjunto de técnicas, que para Bergson (BERGSON, 1900, p. 8), por exemplo, estão compreendidos sempre na relação entre duas ou três pessoas, reais ou imaginárias, que estabelecem o seguinte esquema: quem provoca o riso, quem ri e de quem se ri. Para Freud estas técnicas podem ser reduzidas a três: o rebaixamento, físico ou moral; a economia psíquica, sempre acompanhada de alguma libertação do recalcado (tese central de Freud) e a boa técnica, a forma surpreendente como é contada a narrativa (FREUD, 1905, p. 23). Em um texto humorístico pelo menos duas destas técnicas devem estar combinadas para produzir o efeito desejado.

Segundo Mary Douglas, a relação também universal do humor se estabelece sempre que "algo formal é atacado por algo informal, algo organizado e controlado, por algo vital, enérgico, uma erupção de vida para Bergson, de libido para Freud".

Possenti argumenta que dentro destas técnicas existem apenas algumas variações na condição como a piada é contada, mas elas (as técnicas) são universais para qualquer pretensão de se fazer rir. Ou seja, o que torna universal para todos os povos a forma de ser produzir o riso.

Para esclarecer o exemplo posto por Driessen, por exemplo, de situações específicas que retiram o receptor da piada do contexto onde esta está inserida, Possenti afirma que as únicas técnicas que não universais são as que dependem das peculiaridades linguísticas (trocadilhos, duplos sentidos, manipulação de material fonológico ou morfológico, ambiguidades etc), o que também escaparia da tese do "humor cultural", já que seriam ligadas a formas linguísticas e não dependentes da história ou antropologia (teoria corrente dos culturalistas).

Outra manifestação de humor que escaparia unicamente das técnicas seria o intertexto, ou seja o pano de fundo em que a anedota estaria mergulhada, dependendo aí também do desempenho do ouvinte para interpretá-la da melhor forma. (Idem, p. 144).

Possenti apresenta seus exemplos como forma de descortinar a teoria dos culturalistas, como o exemplo da piada contada por Driessen, ouvida de um marroquino. Em português claro, Possenti apresenta uma piada política recente, suprimindo a contextualização devida.

Presidente, eu proponho que, de hoje em diante, o jornalista que quiser acusar o governo de autoritário terá que apresentar seus textos 48 horas antes de publicá-los.
(POSSENTI, op cit, p. 144).

Este texto humorístico foi apresentado, em forma de charge, no jornal Folha de S. Paulo, em fevereiro de 2005, referindo-se ao presidente Lula. Sem qualquer informação extra impede o entendimento imediato, mesmo estando escrita em nosso idioma e tratando-se de um fato que não remota de muito tempo.

A bagagem necessária para a interpretação seria lembrar que o Ministério do Planejamento baixou uma portaria, à época, determinando que o IBGE deveria dar ao governo o conhecimento das pesquisas 48 horas antes de divulgá-las publicamente. O fato provocou acusações na oposição e na imprensa de que o governo queria censurar as pesquisas, mostrando um viés autoritário. Com esta interpretação, o entendimento se torna automático (em nenhum momento, nem mesmo quando ignorava-se o contexto produzido, a piada deixou de ter as técnicas humorísticas empregadas).

O discurso humorístico nos diversos gêneros em que se materializa faz um apelo a um saber, ou uma memória, o que não implica necessariamente um apoio em uma cultura específica. Caso o texto "falhe" neste objetivo o que estará posto é a ausência desta memória, o que não é um problema exclusivo do humor, mas fato análogo também ao poema, romance, filmes etc (Idem, Ibidem).

Outro exemplo trazido por Possenti é uma piada feita sobre gregos, mas que segundo o autor também poderia ter sido feita sobre baianos, já que a temática é a mesma e o uso das técnicas (universais) também.

Três gregos estão fazendo sua sesta debaixo da figueira. - Caia, figo, que eu quero te comer, diz um deles. Depois de meia hora, diz o outro: - Mas como vou te comer? Meia hora mais tarde, diz o terceiro: - Vocês não estão cansados de tanto falar? (Idem, p.143)

A variação sobre os baianos, aliás, existe. E surpreendentemente traz a mesma elaboração, caracterização e uso das técnicas de rebaixamento (no caso moral) e libertação no clímax do texto do recalcado. Compare:

Três baianos estão na praia, tomando sol, quando passa na avenida um carro em alta velocidade. - Ainda vou comprar essa ferrari, painho - afirma um deles, 10 minutos depois do carro passar. - Não era uma Ferrari, rei, era uma BMW, tá cego, diz 30 minutos depois. Depois de uma hora o terceiro grita: - Vocês querem parar de discutir?

Sendo o mesmo objeto que se toma para estereotipar baianos e gregos, no caso a preguiça, a piada é basicamente a mesma. Claro que para nós brasileiros, o chiste sobre os baianos causará resposta imediata, pois no subconsciente já existe uma relação direta de baianos com a preguiça; gaúchos com uma relação a homossexualidade; advogados como sendo avarentos e desonestos. Estas imagens, que quase sempre não estão em oposição a outros grupos textualmente, em determinado período histórico foram criadas para caracterizar condições históricas de disputa (FREUD, 1905, p. 45)

A criação de imagens cristalizadas, principalmente da noção que tem-se de outros países, porém, é, na maioria das vezes, uma criação específica de cada lugar, ainda que algumas delas venham a ser compartilhadas por outras nações. De alguma forma, os chistes que se dirigem ao outro, porém, obedecem uma lógica de rebaixamento físico ou moral. As imagens não fogem as ofensas tradicionais como arrogância, ignorância, falta de educação, etc (Idem,Ibidem).

Como demonstrativo à explicação trazida por Freud, da caracterização do outro através

do rebaixamento moral, trago aqui uma piada brasileira que trata da imagem do outro:

Preocupada com o problema da fome no mundo, a ONU decidiu fazer um questionário com alguns países importantes do planeta. A pergunta era: "Por favor, diga honestamente qual é a sua opinião sobre a escassez de alimentos no resto do mundo". A pesquisa foi um desastre. Os europeus não entenderam o que era escassez. Os africanos não sabiam o que era "alimentos". Os argentinos não conheciam o significado de "por favor". Os norte-americanos perguntaram o que queria dizer "resto do mundo". Os cubanos estranharam e pediram mais informações sobre "opinião". E o Congresso brasileiro ainda está discutindo que *porra* quer dizer "honestidade"

Este chiste reúne os três níveis da fórmula freudiana para o humor: o rebaixamento moral, a economia psíquica e principalmente a forma como a narrativa é contada. Os desconhecimentos dos termos são suficientes para retratar qualquer indivíduo ou grupo como elemento menor. É fundamental também, neste caso, a caracterização que se dá a cada país de acordo com a imagem estereotipada, mas que não chega a ser uma imagem atribuída pelo brasileiro a cada um deles (excetuando os argentinos, pela rivalidade, que poderiam ser trocados por outro país caso a piada fosse traduzida). Norte - americanos são vistos mundialmente como poucos preocupados com o resto do mundo, cubanos, pelo regime ditatorial que impera há 61 anos, são tidos como pouco afeitos a democracia; africanos sofrem com o déficit de alimentos, sendo o continente com maior número de famélicos do globo. Ou seja, são imagens compartilhadas por uma cultura global e não apenas criadas por brasileiros, autores desta anedota.

Ainda que admitam as teorias freudianas na produção de textos de carga humorística, Bremmer e Roodenburg enxergam como falhas as tentativas de, a partir disso, tentar estabelecer "uma ontologia do humor" e exprimem na corrente antropológica atitudes humanas em relação ao riso. "Os anglo-saxões achavam normal rolar no chão de tanto rir, mas o homem moderno exprime o reconhecimento do humor com um civilizado risinho entre os dentes".

Peter Burke, também historiador e filiado a corrente do humor cultural, se apóia na própria teoria freudiana para defender o caráter do humor como fruto do tempo.

Freud, é claro, achava que as piadas revelavam desejos ou ansiedades inconscientes subjacentes, que eram vistos por eles como imutáveis. [...] Nesse nível, as brincadeiras mudam com o passar do tempo porque os objetos de ansiedade também mudam com o passar do tempo. (BURKE, 2000, p.96)

Diante das duas correntes ainda em disputa, esclareço que este trabalho tentará utilizar os benefícios fornecidos pelas duas pesquisas para descrever os percursos do humor diante dos desafios encontrados. Procurando semelhanças e diferenças nas atuações humorísticas diante do politicamente correto dos dias atuais.

1.2 - A evolução do humor na história ocidental

Sendo o humor algo inerente ao homem, ou seja, apenas ações geradas pelo ser humano são capazes de provocar o riso ou conferir a determinado objeto a comicidade para tal fim, ainda que para atingir este expediente este objeto deve estar imprimido de características humanas, é basicamente no estudo da história que podemos encontrar os elementos para entender a formação dos diversos textos humorísticos ao longo do tempo. (BERGUSON, 1900, p.24).

Na Antiguidade, mais precisamente na Grécia no tempo de Sócrates, o riso estava restrito a determinados profissionais que eram tidos na sociedade grega como os "bufões" ou "aduladores", a serviço da alta classe e intelectualidade, ainda que vinhessem a sofrer restrição dos espartanos, filósofos conservadores e primeiros cristãos. (BREMNER, 2000, p, 21).

As apresentações destes profissionais ocorriam em eventos chamados *symposium*, sempre em ambientes fechados e nos aposentos na casa grega chamada *ándron*, onde tradicionalmente se recebiam os convidados. Somente longe da esfera pública os gregos davam-se ao luxo da zombaria e do riso. Segundo Bremner, "os gregos sabiam muito bem que o riso poderia conter um lado muito desagradável".

Os *symposium* eram eventos para a elite grega demonstrar sua superioridade, reunindo os principais aristocratas em torno de questões políticas e também da diversão. Com o fim do monopólio político na esfera particular, a partir do século VI, estes eventos começaram a perder sua importância em relação a estes assuntos, tidos como os "sérios". Sem deixar de existir, os *symposium* passaram a ter como única finalidade a diversão.

É neste cenário que surge um tipo singular de personagem histórico, os adutores (*kólax*). Pessoas destituídas de riquezas e, para garantir sustento, adulavam os anfitriões, a quem chamavam de *ho trephon* (o alimentador). Uma das melhores formas para os adutores conseguirem penetração social era através do riso, quanto mais engraçados fossem mais carisma arrebatariam das suas chefias.

A prática de riso mais frequentes que os adutores produziam eram as paródias e comparações, estas últimas tinham feitas entre aqueles que os alimentavam (com muitos elogios) e outras casas que já tinham servido na aristocracia ateniense (tratando de depreciá-los).

Bremmer narra aqui uma comédia do bufão Êupolis, que conta a forma como os adutores agiam para garantir o pão de cada dia:

Eu vou ao mercado. Quando descubro um comprador rico, me fixo nele. E se, por acaso, o bobo rico diz algo, eu o elogio ruidosamente, expresso minha admiração e finjo me deleitar com suas palavras. Então vamos ao jantar, cada um de nós em uma direção - tudo para conseguir um bolo de cevada que não era nosso. [...] Então o adutor tem que começar imediatamente com sua tagarelice ou é atirado porta afora. (Idem, p. 31)

Estes dados históricos trazidos por Bremmer ajudam a entender alguns aspectos do humor na antiguidade. O primeiro deles é a evidência de que os gregos reconheciam os valores e prováveis perigos no potencial da comicidade. Tanto é que reduziam sua prática apenas na esfera privada.

A tática de achincalhar rivais ou pessoas da mesma classe era um instrumento para se sobressair a elas, uma das funções que Freud enxerga como fundamental ao humor. A capacidade de agredir sem necessariamente utilizar da agressão, humor como salvo-conduto para dizer sem obrigatoriamente ofender. Aquilo que Horácio, pesquisador romano, veio a definir como *ridentem dicere verum* (zombando, dizer a verdade).

O terceiro ponto é o humor literalmente a serviço das classes mais favorecidas. Criou-se no senso comum a imagem do humor como essencialmente subversivo ou de forte caráter contestatório – ainda que em muitos momentos este venha a ser –, em vários momentos da história, que tentarei ilustrar neste trabalho, veremos a zombaria, as piadas e os textos humorísticos muitas vezes ligado aos homens detentores das riquezas socialmente aceitas em períodos históricos distintos.

Ainda na Antiguidade, só que em uma sociedade valorizada pela praticidade e espírito militar e político, no Império Romano também havia espaço para o humor, aspecto por bastante valorizado pelos seus habitantes. Os principais níveis de humor representados em Roma eram a comédia e a sátira, além da sua relação íntima com a oratória. São deste período histórico a primeira teorização sobre o humor, a partir dos textos de Cícero, que expõe o valor do ridículo na retórica humorística, aspecto abordados séculos depois por Henri Berguson, em *O Riso*. (GRAF, 2000, p.52).

Graf mostra que já nos estudos de Cícero, sendo o mais conhecido dele o *De Oratore* (interessado em estabelecer relações entre o humor e oratória), existia a preocupação em demarcar a importância do humor e seus elementos para distinguir diferentes estratos sociais. Na definição ciceriana "graça é aquilo que é adequado". Para se manter nos limites do respeitável, o humor deve ser socialmente aceito. Para determinar o humor aceito e o não aceito, o romano fazia uma série de comparações. O aceito seria aquele "elegante", "polido", "inventivo" e "engraçado". O não aceito, visto "como impróprio para um homem livre", seria "petulante", "infame" e "obsceno".

Para além das separações convencionais entre a boa execução do humor e aquela considerada imprópria, a divisão servia como delimitador para caracterizar o habitante da cidade x camponeses, os homens livres x os escravos x os livres sem reputação. (Idem, p. 30).

Como humor socialmente impróprio, segundo os estudos de Cícero, estariam os grandes crimes e grandes desgraças, além de piadas sobre criminosos famosos, o que, advertia o romano, qualquer orador de classe deveria manter distância. O humor socialmente aceito, notem que curioso, aquele que o portador que o utiliza corretamente exibe a perfeita personificação da classe senatorial de Roma, encontraria nos defeitos físicos seu campo de atuação.

Segue uma citação de Cícero trazida por Graf:

Deformidades e anomalias físicas são um grande campo para a pilhéria, mas é preciso ter cuidado não ir longe demais, caso contrário parecerá um palhaço ou um mímico, *scurra aut mimuns* (expressão que define alguém que não conhece os limites do humor). (GRAF, op cit, p.53)

Para Graf, os estudos de Cícero claramente tinham a função de preservar as regras da classe (aristocrática e senatorial) e advertir quem ultrapassava seus limites. Seus estudos funcionavam como anteparo para uma lei romana que proibia a ridicularização de um cidadão (o que em outras palavras significava os aristocratas).

A domesticação do humor para não fomentar ataques as classes mais abastadas era notavelmente uma preocupação romana, explica Graf:

Embora a brincadeira urbana fosse permitida entre os membros de classe alta, eles jamais estenderam o direito de fazer piada sobre um nobre para além do seu próprio grupo, muito menos para a classe popular: piadas dentro do grupo funcionam como um instrumento de coesão grupal, piadas de fora ameaçam o *status*.

Outro teórico do humor romano traz novas funções para a comicidade do Império. Chamava-se Plauto e, sem muita preocupação em proteger as altas classes e autoridades, mas também sem desmerecê-la (apenas se colocando ausente), dava conta de um humor voltado para as falhas comportamentais na esfera pública e privada, sobretudo para a categoria de profissionais que não seguia corretamente a regra de suas posições e

formas de agir em família que feriam o *decorum* romano.

Outra modalidade demonstrada por Plauto, que revela uma curiosa forma de agir e inaugura um novo modelo (pelo menos no registro dos historiadores ocidentais), é um humor étnico, referente, sobretudo, aos gregos.

Segundo Graf, a função desta modalidade não é a crítica no sentido da correção, mas sim a afirmação da própria identidade romana, ao entregar aos atenienses todo tipo de imoralidade possível. Cabe neste caso a contextualização que o Império Romano dominou a Grécia, mas a influência grega sobre o dominador permaneceu na língua, no teatro, na música, na retórica etc. Geralmente as associações de Plauto em referência aos gregos está ligada à lascívia e falta de disciplina.

Segue um exemplo encontrado nos textos plautianos, trazido por Graf:

Não se surpreendam com escravos que bebem, fazem amor e convidam pessoas para os jantares: tudo isso é permitido em Atenas. (Idem, p. 35).

Nestes dois autores trazidos é notado novamente o humor a serviço das classes dominantes, mas com atenuantes novos que não compunham o cenário grego. O humor ganha formas de oratória, o que o retira da esfera privada, passando a ser representado em grandes teatros e encontros públicos. Apesar disso, a preocupação que o humor possa vir a ofender os poderosos é constante e marca a obra de Cícero, notadamente moralista. Em Plauto conhecemos o humor étnico e disciplinador, com seus elementos em consonância com as classes mais poderosas.

Período marcado pela forte influência da Igreja no cotidiano popular, a história do riso na Idade Média encontra várias contradições que complicam seu entendimento de forma linear e puramente simplista, como se desenvolveu mais facilmente na Antiguidade.

Neste contexto histórico encontramos, ao mesmo tempo, estudos que condenam o riso frente as posições tomadas pelos valores cristãos e outros tantos legitimando a prática como elemento natural do homem. O primeiro caso é exemplarmente ilustrado pelo livro *Literatura Européia na Idade Média*, de Curtius, que questiona se Jesus, em algum

momento da sua vida, já teria rido. Este tema, que parece guardar apenas um tom de curiosidade, foi discutido, no Século XII, na Universidade de Paris como uma conferência aberto ao público. A questão, segundo Le Goff, implicava condenações ao riso, já que, sendo a figura mais cultuada em período fartamente dominado pela religião, os exemplos guiados pelo Messias indicavam modelos a serem seguidos.

Le Goff, porém, apresenta, nesta mesma classificação histórica da Idade Média, o conceito cunhado no período do *homo risibilis*, na tradução do latim significa "o homem dotado de riso". O conceito garantia ao riso o aspecto inerente ao homem, assim como outras atividades fisiológicas. Neste embate entre o caminho seguido pelo rumo espiritual e corpóreo, que marcou a Baixa Idade Média, está situado a conceituação do humor no período. (LE GOFF, op.cit, p. 51).

A Igreja, durante a primeira fase, diante de um fenômeno que não consegue controlar passa a rejeitar totalmente a prática das anedotas e outras manifestações do humor. Por volta do século XII, passa a repetir práticas comuns na Antiguidade, de separar o riso bom do ruim, os modos admissíveis de rir dos inadmissíveis.

Na dicotomia, fruto da época, entre o desejo manifesto do prazer e a salvação da alma, que marcam a Idade Média e suas obras de arte, o riso aparecia como topo da discussão. Ao mesmo tempo surge a figura do *rex facetus*, o "rei cômico" – que deve rir e contar piadas como forma de estruturar a sociedade ao seu redor – é também nesta época que os monastérios passam a enxergar o riso, assim como o ócio, como grandes perigos para a humanidade. (Idem, p. 61).

Le Goff traz a observação:

Nas primeiras regras monásticas, aquelas do século V, o riso geralmente surge no capítulo sobre o silêncio, *taiciturnas*. O riso é o jeito mais horrível e mais obscuro de quebrar o silêncio. Em relação a esse silêncio monástico, que é uma virtude existencial fundamental, o riso é uma violação gravíssima. (Idem, op cit, p. 61)

A disputa do riso na Idade Média está contextualizada também na forma que o corpo é

encarado para o alto clero da época. Fenômeno notavelmente expresso na modificação dos hábitos corpóreos naturais diante do humor, o riso foi condenado pelos monges por, além de romper a austeridade e humildades buscado pelos princípios católicos, "abrir os filtros" do rosto ao provocar o relaxamento dos olhos, orelhas e boca.

Para entender a premissa é preciso ter como foco o entendimento monástico do corpo como instrumento para a salvação do demônio. Para alcançar o caminho da salvação a *Regula Magistri*, uma das mais conhecidas regras dos mosteiros, conceituava a boca (mas também olhos e ouvidos) como filtros para impedirem a passagem do mal. A boca é a "passagem" e os dentes, cerrados, a "barreira". A manifestação do riso permitia uma abertura considerada perigosa para a perdição da alma. (Idem, Ibidem).

Como marca de um período de fortes dicotomias como foi a Idade Média, nos mesmos mosteiros onde o riso é encarado como um meio de perdição, surge o *risus monasticus*, que era ilegítimo e proibido, mas mesmo assim praticado com muita frequência, como aponta os manuscritos estudados por Le Goff (idem, p.77). Do *risus monasticus*, entre o clero da Idade Média, surge o *joca monacorum*, piadas escritas distribuídas pelos padres e monges envolvendo justamente aspectos religiosos.

Para o autor esta segunda fase da Idade Média, mais liberal, "é a época da libertação e do controle do riso, ligada *inter alia* à ascensão da laicidade e à literatura vernácula. A sociedade começa a se olhar no espelho e os Estados seculares percebem como são ridículos".

Outro historiador medievalista, o russo Mikhail Bakhtin, faz a separação entre o período da tristeza, com a Idade Média dominada fortemente pela Igreja, e o Renascimento, como "a cultura do riso" e maior apelo e participação popular. Bakhtin trata a o Renascimento tendo seu nascedouro no carnaval, onde estava posto claramente a inversão dos valores medievais no período da festa. (BAKHTIN, 2002, p. 63)

Segundo o autor russo, o riso representava a característica principal da cultura popular em clara oposição ao modelo rígido dos nobres e da Igreja. Na divisão, este último estrato social era a cultura da *agelastroi*, "pessoas que nunca riam e odiavam o riso". Eram sérios, amedrontadas e amedrontadoras.

No outro pólo estava a tradição popular, dominada, sobretudo, pelo riso e que destilava seu "modo de agir" no carnaval. Na definição de Bakhtin, este pólo representa a "massa popular coletiva imortal". Mesmo com forte caráter subversivo, confrontando as autoridades medievais, o humor institucionalizado e contestatório do carnaval naquele período era aceito pelas autoridades, até como forma de controle social.

Gurevich não acredita nesta separação tão matemática entre os dois pólos proposta por Bakhtin. Ele alega, munido de documentos históricos, a presença de monges e clérigos no trajeto do carnaval, além da própria existência do riso monasterial para reduzir o peso de um maniqueísmo tão evidente.

Ainda para Gurevich:

Parece absolutamente impossível caracterizar a cultura popularesca como uma cultura baseada primeiramente e sobretudo no riso e na alegria. Se analisarmos as fontes históricas, logo veremos que um dos seus principais aspectos era o medo. Esse medo era muito intenso, porque estava associado à ideia de que, após a morte, a maioria das pessoas simples iria para o inferno, e o medo da condenação eterna era parte essencial de sua visão de mundo. Assim, podemos afirmar que no bojo da cultura popular havia alegria e medo, carnaval e terror. (GUREVICH, 2000, p. 75)

A diferença que começamos a observar em relação ao humor na Idade Média e que será mais acirrada na Idade Moderna, como representarei a seguir, é que o humor passa a ser elemento de maior representação popular, deixando de ser praticado como costume apenas nas classes dominantes, como ocorria na Antiguidade. Mesmo que ainda vigiado de perto por este seguimento social de maior poder e influência, o humor ganha contornos mais livres e começa a moldar um formato mais próximo do que conhecemos hoje em dia.

Na Idade Moderna, onde aparece a formação dos primeiros estados nacionais, com leis e série de normas que caracterizam a formação de uma nação naquele período, inclusive

o retorno das grandes famílias monárquicas, a primeira grande mudança notada no humor é o aparecimento de figuras que se tornaram, séculos mais tardes, tradicionais no imaginário coletivo. São os bobos da corte, que tinham a função de alegrar os reis e seus asseclas, contando piadas, fazendo sátiras e produzindo uma espécie de humor bem particular entre os latinos, conhecido como *beffa*. (BURKE, op cit, p. 93)

Este tipo de humor, por vezes muitas vezes ofensivo, faz parte para o que Burke chama do "sistema do cômico", legitimando a ação tanto do poder real como também prática social em vários âmbitos, aí incluindo agentes sociais sem influência. O grande leque de gêneros discursivos humorísticos produzidos neste período dissolve o conceito de uma prática a serviço apenas de um grupo social, bem como a restrição ao humor mostra-se menos rígida do que em outros períodos.

Diz Burke:

A variedade de gêneros cômicos merece ser enfatizada. Incluíam a própria comédia, "erudita" ou popular, abrangendo a comédia o original de "pancadaria" de Arlequim na *Commedia dell' Arte*. As histórias (*novelle*) eram muitas vezes cômicas, enquanto as piadas adotavam com frequência a forma de história, *facezie*, que eram reunidas e impressas. As famosas coletâneas incluem as histórias atribuídas ao sacerdote Arlotto Mainardi e as colecionadas pelos humanistas. Os sermões muitas vezes continham histórias desse tipo, combinando assim o sério e o cômico. (Idem, p.96)

Interessante mensurar também que na Idade Moderna surge um fenômeno que bastante interessa este trabalho. Remota deste período os primeiros tribunais envolvendo possíveis excessos na produção da *beffa*.

Mais uma vez, numa época em que as brincadeiras eram com muita frequência ofensivas e os insultos às vezes assumiam formas brincalhonas, era inevitável alguém passar dos limites costumeiros e alguns casos terminarem no tribunal. A dificuldade de definir as fronteiras do cômico é visível nestes arquivos. Na Bolonha do século XVI, uma vítima de um ataque verbal (por meio de um soneto) queixou-se ao tribunal, mas a carta foi julgada não

difamatória e apenas "uma brincadeira, contendo algumas coisas risíveis". Por outro lado, o pintor Michelangelo di Caravaggio, que tinha um talento natural para se meter-se em apuros, foi chamado perante o tribunal do governador de Roma em 1603 (em companhia de outros pintores), acusado do que seu colega Baglioni chamou de "versos em minha desonra" (Idem, Ibidem).

Os estudos apontados mostram o humor não circunspecto somente a alta classe. Esta mudança está plenamente associada a invenção da imprensa e reprodução de textos humorísticos, o que, em grande escala, ampliou a quantidade de pessoas com acesso ao humor. O aumento da liberdade, que provoca uma variedade maior da sua forma de expressão, como aponta Burke, também ocasiona em uma "juridização" para conter seus excessos.

Este tipo peculiar de humor, com conotação mais popular, e que apela quase sempre para o escatológico, fartamente observado na Idade Moderna enfrentaria depois um adequação civilizatória, com a Contra-Reforma da Igreja.

Burke traz alguns exemplos que ilustram o limite de conteúdo da *beffa*.

Numa história contada por Sabadino (nº 16) um artesão vai ao barbeiro fazer a barba e vê que os sapatos do barbeiro são muito grandes. "Sentiu vontade de mijar neles", e o fez.

Mais uma:

Madonna Casandra tem um caso amoroso com um frade, o marido descobre, veste-se como frade, toma pílulas laxativas e a cobre toda de fezes na cama.

As histórias narradas pela *beffa* conservam traços da Itália moderna que definem o período estudado. Este tipo de humor carrega aspectos de uma cultura competitiva, chamada também de uma "cultura de trapaças", fruto de valorização das pessoas astutas

em detrimento de austeras. A *beffa* não era pura diversão, mas uma forma de humilhar e envergonhar rivais e inimigos.

Com a Contra-Reforma ou Reforma Católica promovida pela Igreja, afim de recuperar os fiéis com o crescente aparecimento do movimento Luterano, Calvinista e Anglicano, não apenas a cristianização foi restaurada, mas uma série de costumes que eram vistos como falhos e perigosos (VERBERCKMOES, 2000, p. 115)

Cita Verberckmoes:

As festividades públicas, com suas bebidas, danças e máscaras, foram consideradas uma ameaça à ortodoxia e à boa moral. [...] A participação em práticas sacramentais, devoções, procissões, peregrinações e vocações foram estimuladas. Bailes, recreação mista e visitas a tabernas de aldeias foram restringidas. [...] A opressão da cultura popular tornou mais difícil o riso nas cidades francesas a partir do final do século XVI, embora ele, mais tarde, tenha restringido essa visão. Nos dois casos, o riso estava definitivamente associado à sensualidade, à indulgência e à licenciosidade (Idem, p. 117).

Estas restrições comportamentais estabelecidas pela Igreja, condenando o humor e a manifestação do riso – "Não ria e não diga nada que desperte o riso", previne um clérigo da Contra-Reforma Inácio Loiola (Idem, p. 119) – refletem na produção da *beffa* na outra metade da Idade Moderna.

Além do declínio dos "bobos da corte", o que Bahktin considera como a "desintegração do riso popular", a Contra-Reforma traz também o acirramento do processo de censura moral às anedotas contadas. As *beffas* passam a indicar um fundo de moral, enfatizada por "metáforas", "curas", "lições" e "punições" (BURKE, op. cit. p. 105).

Outra posição do clero em relação a manifestação popular foi uma "ofensiva cultural" sobre comportamentos mais jocosos, não para proibir todo tipo de brincadeira, mas para diminuir drasticamente seu potencial no cotidiano. Padres foram proibidos de contar piadas sendo orientados a manter um comportamento marcado acima de tudo pela

seriedade.

A Idade Moderna fica marcada pela maior liberdade do humor, facilitado pela produção da imprensa, o que contribui com a criação de maior número de gêneros humorísticos, mas também pelos tribunais provocados pelas ofensas das *beffas*, levados por aqueles que sentiam-se ameaçados pelas suas "injúrias". Outro ponto que cerceia a produção humorística no período é o contexto da Contra-Reforma, que promove uma revisão no comportamento social em nome de um processo civilizatório.

Na Idade Contemporânea, conforme lembra a autora Mary Lee Townsed, a principal evolução do humor é sua transformação em produto cultural de massa, saindo nas ruas como mero passatempo dos mais inventivos e entrando nas salas de estar da população como um conjunto de práticas frequentes na produção de quadrinhos, cartuns e piadas em geral.

Além desta grande transformação outras mudanças sucessivas a este primeiro fato são fundamentais na mudança do discurso humorístico. Entre eles, a ação recíproca dos estereótipos humorísticos e da realidade nele baseados; a grande variedade de conteúdo de humor, inclusive concorrendo entre si, e finalmente a expansão do humor como um elemento global, com a importância que adquiri em diferentes nuances (TOWNSED, 2000, p. 228-232).

A autora, que estuda o fortalecimento do humor alemão pré-1848, aponta a comercialização do riso em solo germânico, um dos primeiros países europeus a presenciar este fenômeno, como fruto de uma censura rígida estabelecida após o Congresso de Viena, em 1815, em que o Estado Prussiano, e demais nações absolutistas, tentavam restabelecer antiga ordem, após a agitação promovida pela Revolução Francesa, com a chegada da burguesia ao poder e decapitação da Monarquia.

Apesar da censura a temas em jornais, a literatura e arte foram poupados do forte aparato repressivo, desta forma, tanto a literatura quanto a arte, de maneira geral, optaram pelo humor para ocultar os significados sob a aparência de entretenimento inocente. Logo Berlim viria a se tornar o centro de um humor popular comercial, sendo chamada de "cidade mãe da graça". Através do compartilhamento do riso criou-se uma

"cultura comum", uma forma de comunicação sobre interesses mútuos. O humor comercializado em larga escala na Alemanha foi responsável por criar um espaço público, ou arena onde poderiam ser discutidos diferentes temas, driblando a censura que ainda buscava a implementação do Antigo Regime.

O que possibilitou a criação deste mercado foi o avanço das condições técnicas do século XIX. Incluindo o advento da litografia e o estabelecimento de uma linha férrea que possibilitava distribuir o material confeccionado. Outro ponto crucial foi os números de alfabetizados na Alemanha que já em 1830, de acordo com censo realizado, possuía 40 por cento da população acima dos seis anos alfabetizada.

O humor manifestado neste período tinha profunda identificação política, além de tratar de outros temas com igual desenvoltura, mesmo sendo vigiado de perto pelo estado prussiano que dominava a cidade de Berlim.

Em uma clara referência a censura vigente, um dos folhetos alemães, narra Townsed, exhibe a conversa de um delegado com um cidadão comum. O delegado, que havia sonhado que o cidadão cometendo o crime, resolve colocá-lo como principal suspeita do caso. O cidadão protesta: "Ora escute aqui, Sr. Delegado, será que o senhor não estava apenas sonhando de verdade?". O delegado responde: "Isso não importa, o sonho de um delegado já é elemento suficiente para suspeitar.

Em outra anedota é claramente criticado o poder absolutista do rei, mas sem fazer referência direta ao estado prussiano, apenas através da ironia, evocando os rivais franceses para falar dos mesmos problemas em Berlim. "Um limpador de peças em um museu fala consigo mesmo sob a situação da França, quando chega na escultura de Luís Filipe ele comenta: "Em breve terei que derreter o velho Luis Felipe; ele já parece pálido pela morte... Mas o que eu faço com seu ministro Guizot? Se tiro o Philip, ele cairá; já trêmulo. Bem, que caia; afinal, já ficou lá muito tempo".

Para Mary Lee Townsed o caráter do humor contemporâneo alemão, que mais tarde influenciaria também o comportamento da sátira e deboche em outras partes do mundo, pode ser entendido como importante para dimensionar a rudimentar consciência política da Alemanha no início do século XIX.

Townsend ainda completa:

Para entender a função do humor popular na Alemanha do século XIX, temos que considerá-lo como um todo, como parte de um debate público maior. Este humor constituía uma parte importante da esfera pública que os europeus estavam a erigir para eles, à medida que lutavam para se libertar de um passado absolutista e para conseguir uma forma de vida pública mais participativa. (Idem, p.245)

O que percebemos na Idade Contemporânea é a evolução das técnicas que permitem a comercialização do humor como produto de massa, criando uma comunidade de leitores acerca do assunto. Na Alemanha, objeto de estudo da historiadora, esta massa de leitores foi fundamental para a criação de uma unidade crítica e uma esfera pública para debater temas gerais produzidos pelo discurso do cômico.

Em linhas gerais o que nota-se do humor, nesta pincelada histórica do seu percurso no ocidente, é sua modificação para se estabelecer na sociedade. De serventia às classes mais ricas, na Antiguidade, combatido pela Igreja, na Idade Média, expressando conceitos anárquicos populares ou como elemento crítico de um estrato social com meios tecnológicos mais desenvolvidos, o humor sempre sofreu restrição pelo seu próprio caráter de provocar constrangimento em costumes, autoridades ou mesmo pessoas comuns.

Ao longo do tempo fica evidente que as restrições sofridas pelo humor, sempre promovidas pelo interesse de determinados grupelhos mais influentes, não são nenhuma novidade do politicamente correto. Ainda mais que esta linha discursiva, como será melhor detalhada no capítulo II, traz elementos de interdição muito mais sutis do que os visto aqui, por intermédio da condenação das palavra e censura as caracterizações consideradas preconceituosas.

1.3 - O que nos faz rir? E para que serve o humor?

O objetivo deste tópico é analisar uma questão inerente ao humor: o que nos faz rir afinal? E, qual a função do riso na sociedade?

A resposta para tal indagação vai nos fornecer subsídios para, assim como os exemplos demonstrados na história, explicar o porque das restrições sociais feitas ao discurso humorístico.

Segundo Bergson a manifestação do humor na sociedade só se faz presente devido a *insensibilidade* (grifo do autor) que acompanha o riso. Segundo o francês, "o riso não tem maior inimigo do que a emoção". Sendo que, para provocar o efeito da comicidade em outro indivíduo, é imperioso fazer calar a piedade e afeição por instantes. Bergson defende que o humor dirige-se à inteligência pura, distanciando-se de emoções e qualquer sentimento mais tenro que o acompanhe.

Para o francês:

Basta taparmos os ouvidos ao som da música, num salão de baile, para que os dançarinos logo nos pareçam ridículos. Quantas ações humanas resistiriam a uma prova de gênero? E não veríamos muitas delas passar de chofe do grave ao jocoso, se as isolássemos da música de sentimento que as acompanha? Portanto, para produzir efeito pleno, a comicidade exige a anestesia momentânea do coração. (BERGSON, op cit, p. 12)

O autor também destaca como fundamental para a existência do riso na sociedade aquilo que chama de eco, ou seja, em seu entendimento, a necessidade de reverberar o humor. Para isso é necessário para aqueles que contemplam o mesmo objeto padecerem de expressões de uma vida em comum, possuindo a mesma peça humorística uma significação social para todos os envolvidos.

Estas duas primeiras premissas destacadas por Bergson explicam o caráter crítico próprio do humor e sua facilidade de disseminar seu conteúdo. Estes dois pontos, fundamentais ao exercício do humor, são vistos como muita cautela para qualquer regime autoritário.

Ainda segundo Bergson o que explica o efeito do cômico é a denúncia do comportamento mecânico produzido em contraste a rigidez e elasticidade exigida na vida social. Qualquer comportamento que demonstre a assimilação por parte de um indivíduo das regras sociais mesmo quando elas não são tão necessárias são capazes de provocar sonoras gargalhadas. Utilizo aqui os mesmos exemplos trazidos por Bergson para ilustrar a afirmação. Segundo o autor um homem que, correndo na rua, tropeça e cai faz os demais a volta rirem não pela mudança brusca de atitude, mas sim pela falta de flexibilidade do corpo, "por um efeito de rigidez ou de velocidade adquirida". Em outro exemplo, Bergson traz um sujeito metódico, em um gabinete qualquer, sendo alvo de constantes chacotas por não conseguir trabalhar depois que algum zombeteiro mexeu nos seus papéis, pastas e cadeira minimamente dispostos da sua maneira preferencial. (Idem, p.7).

A vida em sociedade exige uma atenção constante na elasticidade do corpo e do caráter, dando condições para a adaptação em situações inúmeras, o que cria, involuntariamente, a condição da *tensão* e *elasticidade* (grifo do autor). Ou seja, a tensão funciona para o indivíduo saber portar-se nas condições normais e a elasticidade para desviar de acontecimentos fortuitos que, por ventura, se materializem.

Qualquer um destas duas formas de agir utilizados fora de hora, por exemplo, como no caso da queda (comportamento mecânico em contraste com a elasticidade) ou do funcionário que só sabe trabalhar com seus objetos dispostos da forma que preparou (comportamento mecânico reforçando com uma rigidez não necessária) são alvos de riso por que desnudam os princípios do comportamento exigido na vida social, dado o automatismo fácil dos hábitos adquiridos ao longo do tempo.

Neste caso, o riso teria como característica outra função: a correção destes comportamentos fora do padrão, trazendo o constrangimento para quem é alvo da zombaria. O riso, diz o francês, "castiga dos costumes" e obrigatoriamente traz a correção. "Uma personagem de tragédia não mudará em nada sua conduta ao saber que a julgamos, mas um defeito ridículo, ao sentir-se ridículo, procura modificar-se, pelo menos exteriormente".

Bergson explica:

Pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilante e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer; flexibiliza enfim tudo o que pode restar de rigidez mecânica na superfície social. (Idem, p.15).

Dada a explicação, o humor também estaria a serviço de uma educação cívica, ou uma "reforma cultural". Marco Aurélio Ferreira da Silva, no artigo "Piada sem graça", escrito para a edição nº 33 da revista História, remonta como no Ceará no início do século XX, o humor foi usado para recriminar hábitos populares em nome de uma civilização através de pasquins e jornalecos vendidos no estado.

Segue um trecho do artigo:

Que nas novenas de S. Roque, na Igreja de S. Benedito, uma mocinha deu uma...., que o templo ficou todo defumado. Muitos dos assistentes já supunham que era o micróbio da peste bubônica. Quem tem um como este, manda logo ao desinfectório (trecho retirado o Jornal Amolecado, apud. em Marco Aurélio, p. 69)

O autor traz que o objetivo destas publicações era parte de uma consciente política para civilizar a população de Fortaleza, tal qual uma cruzada de bons modos usando a exposição e o vexame como arma para tal fim. As grandes reformas urbanas que começavam a ser feitas na capital cearense não combinavam com os hábitos de escravos e homens pobres. Falar alto, praticar jogos, imitações, beber de forma desregrada e praticar sexo nas areias do subúrbio eram condenadas pelo constrangimento provocado pelo humor ácido exibido nos jornais cearenses da época.

Na análise feita por Marco Aurélio, a linguagem utilizada por estas publicações era justamente a apropriação da linguagem oralidade do povo, em oposição ao rico rebuscamento que os jornais contemporâneos insistiam como modelo. Estava claro a

quem o jornal queria falar, e qual a função do humor neste caso: tentar impor a rigidez dos costumes sobre a elasticidade popular.

Indo por uma via mais psicanalítica, Freud vê no humor a partir da formação do chiste, que alia o duplo sentido e opiniões guardadas no íntimo sobre determinados assuntos. De acordo com Freud, este tipo de piada revela desejos ou ansiedades inconscientes subjacentes, vistos por ele como imutáveis. (FREUD, op. cit. p. 141).

Em seus longos estudos para analisar a formação dos chistes, que incluem aí a técnica da condensação e redução, Freud liga a piada a busca de exprimir manifestações do inconsciente, formas de escapar da repressão e também de controle moral. O chiste teria uma função libertadora, dizer coisas que se ditas de forma tradicional causariam espanto, mas neste tipo de linguagem seriam toleradas.

Freud prossegue:

[O chiste] possui também qualquer coisa de grandeza e elevação, que faltam às outras maneiras de obter prazer na atividade intelectual. Essa grandeza reside claramente no triunfo do narcisismo, na afirmação vitoriosa da invulnerabilidade do ego. O ego se recusa a ser afligido pelas provocações da realidade, a permitir que seja compelido a sofrer. Insiste em que não possa ser afetado pelos traumas do mundo externo; demonstra, na verdade, que estes traumas para ele não passam de ocasião para obter prazer (Idem, p.. 190).

Para Freud, o humor está associado ao triunfo do ego, como princípio fundamental do prazer buscado. A função do humor seria, para o psicanalista, "não ser resignado, mas rebelde", como forma de atender aos anseios daquele que produz o humor e também do seu ouvinte. Nesta relação entre receptor do humor e seu formulador, Freud crê na quebra de expectativa emocional, como forma de economia de sentimento para gerar o prazer no ouvinte.

Prossegue o psicanalista:

O ouvinte vê nesse outro [aquele que conta a piada] uma situação que o leva a esperar que ele produza os sinais de um afeto, que fique zangado, se queixe, expresse sofrimento, fique assustado ou horizontado ou, talvez, até mesmo desesperado; e o assistente ou ouvinte está preparado para acompanhar sua direção e evocar os mesmos impulsos emocionais em si mesmo. Contudo, essa expectativa emocional é desapontada; a outra pessoa não expressa afeto, mas uma pilhéria. O gasto do sentimento, que é assim economizado, se transforma em prazer humorístico no ouvinte (Idem, p. 90)

Para Freud, portanto, o humor é traço de uma repressão de comportamento, intimamente ligado a libertação do prazer. Assim como Bergson, Freud também aplica ao humor características universais moldadas nas sociedades como um todo, sendo possíveis de ser analisadas independente do período histórico e culturas distintas.

Os universalistas do humor fazem a defesa da sua existência como elemento de crítica e/ou correção (Bergson) ou na busca de um prazer, que não poderia ser exprimido em forma de comum de linguagem, podendo despertar constrangimentos para o falante.

Como ponto fundamental destes dois autores consagrados no tema, retiro premissas importantes para conceituar o humor como incômodo para o politicamente correto (que será detalhado no capítulo seguinte). A denúncia a comportamentos e estruturas físicas consideradas não adequadas com a sociedade é um destes pontos (encontrados em Bergson). A libertação do pensamento como forma de escapar da repressão social é a contribuição de Freud para explicar a finalidade e prazer associado ao humor.

2. O POLITICAMENTE CORRETO

*"Sabe aquela do foneticamente prejudicado?" - "Ah! A do fanho";
"Sabe aquela do indivíduo com opção sexual alternativa e do afro-brasileiro avantajado?" - "Ah! A da bicha e do negrão" (Luís Fernando Veríssimo)*

Não é difícil identificar no mundo contemporâneo a presença do politicamente correto, ou correção política, como pressão cultural. Manifestações públicas de ações restritivas a linguagem ganham farto espaço noticioso na imprensa.

Mais do que listar casos de processos judiciais, que poderiam ser identificado aos magotes em rápidas pesquisas pela internet, e assim exemplificar a restrição que o humor sofre, pretendo neste capítulo caracterizar os meios de atuação do politicamente correto na sociedade atual e apontar o espaço que este modelo discursivo já tem conquistado, chegando a se legitimar em ações de vigilância social.

Apresentar a formação do politicamente correto e também a sua radicalização se faz necessária como forma de caracterizar a força do movimento e os impedimentos que venham a ser provocados na função do humor.

O objetivo deste capítulo é apresentar o politicamente correto, sua segmentação em setores sociais, a forma como se dá a radicalização do discurso e os principais equívocos frutos do exagero da fórmula discursiva.

2.1 - Ação do mercado

Como forma didática de contextualização opto por começar pelo mercado. Pouco ortodoxa e quase sempre pragmática as tendências que o consumidor aponta, a economia é reflexo imediato dos novos tempos. Preocupado mais em se adaptar as tendências sociais do que propriamente confrontá-las – pelo dinamismo e natureza do empreendimento capitalista –, o mercado é indicador instantâneo para perceber as mudanças discursivas de qualquer natureza, ainda mais uma que lhe afete diretamente, como tem sido a correção política.

Em alguns setores o pensamento afinado com estas "novas" normas já tem provocado uma diminuição sensível nas vendas de empresas com invejável reputação financeira. Preocupação que reflete em táticas publicitárias para transformar a imagem destas marcas.

Em artigo publicada na Revista Exame, em 2004, assinado pelo jornalista Sérgio Ruiz Luz, com colaboração de Claudia Penteadó, Shelia Grecco e Suzana Naiditch, intitulada de *Na Mira do politicamente correto*, estão expostos dados que indicam a queda no número de vendas de empresas ligadas ao setor de tabagismo, bebidas alcoólicas, armas e alimentos fast food. Empresas estas, não por menos, que vem sofrendo implicações sociais e jurídicas da sociedade atual. Veja a tabela trazida pela reportagem, referente ao ano de 2004:

	Em 2000	Em 2004	Queda
Armas (em revólveres e pistolas vendidas)	28 700	14 400	50%
Cigarros (em bilhões de maços)	5	4,8	5%
Uísque (em milhões de litros)	20	19	5%

Fonte: empresas do setor de armas e instituto ACNielsen

Além dos dados expostos, o artigo de Exame traz ainda informações valiosas sobre o comportamento destas empresas diante da vigilância de ONGs e consumidores antenados com a comercialização dos produtos. Segue um trecho do artigo:

Entre outras ações para melhorar a imagem, o McDonald's

realizou campanhas com esportistas, como as irmãs tenistas Venus e Serena Williams (contratadas por 1 milhão de dólares), e recentemente lançou um modelo mais esbelto do palhaço Ronald McDonald. Ao redor do mundo, os atores que interpretam essa nova versão do símbolo da rede vêm realizando shows que terminam com aulas de ginástica para as crianças -- uma forma clara de dizer que os executivos da rede se preocupam com os efeitos dos hambúrgueres e das batatas fritas na saúde dos clientes e na cotação das ações da empresa. A indústria do álcool também assimilou a filosofia de que é melhor alertar sobre os riscos de seus produtos do que ignorar essa percepção do consumidor. No ano passado, a Ambev financiou a criação de uma ONG, o Centro de Informações Sobre Saúde e Álcool. Uma das maiores empresas mundiais de bebidas, a Diageo, fechou acordo com a escuderia de Fórmula 1 McLaren na temporada 2005 para incluir o logo de uma de suas marcas, o uísque Johnnie Walker, na carenagem dos carros. Trata-se de um pedaço de uma grande campanha pregando a idéia do consumo responsável do produto.

Outra ação da indústria de alimentos fast food condizente com o discurso da correção política é incluir no cardápio destas marcas itens como saladas, frutas e produtos outros que não ofereçam risco à saúde. A preocupação é afastar destas empresas a imagem que elas possam ser responsáveis pela obesidade da população, principalmente infantil.

De hábito charmoso do cinema dos anos 1930 ao satanismo que é associado hoje, com proibições frequentes em bares e estabelecimentos comerciais, a patrulha ao cigarro é prova de como os conceitos éticos dos consumidores foram moldados ao longo das décadas.

Apesar de ser um dos mais afetados com a patrulha da correção política –, sendo proibido de fazer publicidade no Brasil além dos limites de 400.000 pontos de vendas espalhados pelo país e ter que estampar nas embalagens os estragos provocados pela nicotina ao usuário –, a indústria do tabaco não sofreu as maiores quedas em vendas no território brasileiro.

No artigo de Exame estão detalhadas razões pelo controle da queda do produto no mercado, além de táticas que compactuam com o politicamente correto:

Após anos de pesadas campanhas contra o produto -- encampadas por médicos, cientistas, entidades civis e governos --, houve substancial redução de consumo em mercados importantes. Nos Estados Unidos, a indústria de tabaco registrou queda de vendas de 20% na última década. O fenômeno se repetiu em alguns países europeus e, em menor escala, no Brasil. Diante disso, as empresas tiveram de trabalhar em diversas frentes para compensar as perdas. Uma das táticas foi investir na expansão do consumo em mercados em que as campanhas antitabagistas são menos organizadas. Em consequência disso, 80% do público de 1,3 bilhão de fumantes do mundo encontra-se hoje em países em desenvolvimento -- segundo o Banco Mundial. Além disso, essa massa de fumantes têm hoje à sua disposição uma oferta muito maior de cigarros light (feitos com baixos teores de nicotina). A Souza Cruz, líder histórica do mercado brasileiro, investe 10 milhões de dólares por ano em pesquisas cujo objetivo é desenvolver produtos que tragam menor risco à saúde.

Ainda no campo da publicidade, desta vez, no entanto, relacionado com a indústria de cosméticos, é perceptível a ação do politicamente correto na transformação de vocábulos como forma de acentuar público alvos por determinadas escolhas.

Em Palácios, está posto como a publicidade opta pela troca da terminologia "terceira idade" em substituição ao léxico "velhice" em propagandas de cosméticos nas revistas femininas *Elle*, *Claudia* e *Marie Claire*. (PALACIOS, 2004, p. 5).

Por temer que a utilização da primeira nomenclatura pudesse, entre outros motivos, associar ao público a ideia de envelhecimento, acometimento de doenças, senilidade e decrepitude é usado um eufemismo que traz valores associados ao amadurecimento e ápice de uma linha de tempo abstrata que compreenderiam uma primeira (infância) e segunda idade (fase adulta).

Palácios afirma que a opção, dentro da publicidade, é atenta ao crescimento do número de idosos no país, destacado constantemente em pesquisa que medem a expectativa de vida da população brasileira.

Tais disposições enraízam-se nas mudanças demográficas

das três ou quatro últimas décadas do século XX e, apesar de atingirem mais diretamente os países desenvolvidos, tendem a tornar-se globais. A nova realidade demográfica leva à criação de um grupo de terceira idade caracterizado por uma velhice ativa e direcionada principalmente para atividades de lazer e auto-desenvolvimento. (Idem, p. 8)

Ainda na publicidade, campo fértil para germinar o sentimento de bem estar e imagens propícias para facilitar o consumo, o que invariavelmente passa pela eufemização da linguagem, a utilização do politicamente correto é uma opção para refinar a escolha do consumidor sobre determinado produto, enaltecendo modelos de conduta a serem seguidos. A tática é tentar fazer despertar naquele que comprar um produto uma imagem positiva de uma determinada empresa, além de afirmar a preocupação desta empresa com a sociedade, refletida como responsabilidade social. (CARREIRA, 2007, p.30)

As táticas de ação da publicidade frente ao mercado do politicamente correto são ótimos exemplos por vários motivos. O primeiro deles é aparentemente óbvio, mas diz muito. O mercado já percebeu a força desta linha discursiva e seu poder de multiplicação. Como disse acima, a economia é mais sensível a estas mudanças, financiando uma série de pesquisas de gosto e opinião do consumidor, como forma de adequar seu produto a maior fatia possível.

Se a percepção é de que boa parte do consumidor está atenta a estas questões, anteriormente tratadas como segundo plano, logo, existe um consenso velado do politicamente correto como forma de agir.

Outra conclusão tomada é de que, ao contrário do que possa sugerir, por ser um dos primeiros a detectar a mudança comportamental do público, o mercado não confronta suas ações com a nova tendência. Simplesmente busca readequar suas respostas a características igualmente politicamente corretas. Cigarros mais leves, fast foods que vendam saladas e maçãs e indústria de armas que invistam em reflorestamento são algumas destas respostas. (Idem, p. 28)

2.2 – Surgimento da correção política

Se não cabe a publicidade o embate com a linha discursiva do politicamente correto, a quem cabe? Esta resposta tentarei encontrar na revisão histórica do politicamente correto, partindo dos primórdios do movimento e contextualizando para os dias atuais.

Em primeiro lugar cabe aqui uma rápida definição. Segundo o site *wikipedia* o verbete politicamente correto pode ser definido como:

[...] uma política que consiste em tornar a linguagem neutra em termos de discriminação e evitar que possa ser ofensiva para certas pessoas ou grupos sociais, como a linguagem e o imaginário racista ou sexista.

Apesar de alguns autores apontarem a origem do politicamente correto já no século XIX, associando o mesmo ao Manifesto Comunista de Karl Marx e Engels, em 1848, ou ainda a política esquerdista de Mao Zedong, na China, com a criação das leis das "ideias corretas" no livro vermelho, existe um consenso de que o surgimento provém do século XX, nas universidades americanas, derivadas da influência dos Estudos Culturais, mais precisamente na década de 1960 do século passado. (YOUNG, 2000. p.15).

Em 1793, pela primeira vez a Suprema Corte Americana, segundo aponta o site *Wikipedia*, usou o termo *not politically correct*, (“não é correto politicamente”). O termo que melhor define o politicamente correto para o inglês é o *political correctness*, que começou a ser usado pelos movimentos feministas americanos para acusar termos considerados machistas e/ou ofensivos às mulheres por qualquer razão.

A manjedoura para o movimento ativo das feministas e demais minorias surge antes na Inglaterra, no cenário do pós-guerra e início do acirramento da Guerra Fria. Decepcionados com a política da União Soviética, que liderava o bloco socialista, intelectuais marxistas fundam uma vertente política denominada de “Nova Esquerda”, ancorada nos Estudos Culturais, que passava a incorporar à tradicional luta de classes anseios como o fim das divisões sexuais, a estruturação racial e denúncias de opressão sofrida por outras minorias em decorrência do modelo capitalista vigente. (JOHNSON, 1999, p.13).

A própria entrada do movimento feminista nos Estudos Culturais, conforme Hall, é de forma arrebatadora, dado o crescimento expressivo do movimento nos anos 1960 e 1970. O autor, expoente da Nova Esquerda, narra como as mulheres ocuparam espaços no Centro de Birmingham antes de qualquer promoção masculina para incorporar o movimento. A sutileza nesta mudança passa por uma política em que as mulheres não aguardam passivamente a abertura dos homens aos novos estudos, mas sim tomam de assalto e contestam o poder patriarcal sobre as ciências. (HALL, 1996, p.44)

Junto à ação ativa das mulheres para ingressar em um universo essencialmente masculino até então, os Estudos Culturais já traziam como essência a disputa argumentativa com a representação textual hegemônica. Os significantes dos termos “cultura” e “popular”, exemplos clássicos, são alvos de intenso debate dos culturalistas para não ceder ao valor atribuído pelo modelo dominante, tentando resgatar e atribuir novos significantes a estes vocábulos.

Estas duas heranças (o fortalecimento do movimento feminista, passando a enxergar a si próprio enquanto elemento de contestação e agente capaz de interferir na política e a extensa preocupação com a representação textual hegemônica) são o nascedouro para o movimento do politicamente correto nas universidades dos Estados Unidos. (YOUNG, op cit, p 43).

O combate das feministas americanas, quando surgiu, visava um tipo socialmente dominante nos Estados Unidos representados pela sigla WASP (Vespa na tradução ao pé da letra) e que significa na tradução das siglas White Anglo-Saxon Protestant – Homens, Brancos, Americanos, Protestantes.

O movimento feminista brigava por incluir na língua inglesa terminologias que pudessem representar a participação das mulheres na contextualização histórica, no entendimento que a língua serve de instrumento para refratar a realidade e não retratá-la, como expõe Bakhtin *em Marxismo e filosofia da linguagem*.

Sobre a reivindicação feminista de neutralizar expressões linguísticas, Roberta Rossoni expõe a insatisfação das mulheres com algumas caracterizações:

As feministas já demonstravam insatisfação com termos considerados neutros que, a seu ver, denotavam machismo. Na Língua Inglesa é possível observar várias expressões desse tipo, como quando, a referir-se a uma terceira pessoa de gênero não identificado, o falante faz uso de *they*, que incluiria as duas opções – *he* ou *she*. Isso ocorre, principalmente, porque alguns países falantes da Língua Inglesa já vem se preocupando com a adoção destes termos politicamente corretos, preocupação essa com o preconceito que então começou a impor reflexos na linguagem. Entretanto, o uso do gênero neutro, por exemplo, é comum em diversas línguas, o que faz dessa afirmação algo talvez exagerado. No caso da Língua Portuguesa, a neutralidade se dá no uso de expressões neutras em que o gênero gramatical não é marcado, e que incluem as femininas. (ROSSONI, 2009, p 18).

O movimento feminista calcado no politicamente correto passou a condenar, por exemplo, estudos como a *Democracia na América*, de Alex Tocqueville, que tinha como tese central a modificação da língua inglesa americana diante dos aspectos da democracia estadunidense. Tocqueville mostra como a língua inglesa praticada nos limites dos Estados Unidos é focada em mais termos genéricos e algumas palavras abstratas, sendo menos exatas do que as irmãs utilizadas em outras terras anglo-saxônicas. Para o movimento feminista tais estudos tinham a pretensão de naturalizar expressões que exibiam visível cunho de preconceito sexual. (BENTO, 2008, p 10).

O feminismo, que buscava lugar de fala como movimento social na questão do preconceito contra a mulher, ganha companhia de outros movimentos de minorias já nos anos 1960, principalmente grupos gays e negros, ainda nas universidades americanas, por força do multiculturalismo.

Para Sitmpson, o politicamente correto está intimamente ligado ao aumento de gays, mulheres, negros e hispânicos nas instituições de ensino superior da América, o que, segundo o autor, por ter sido originado em ambiente acadêmico, favoreceu o percurso de combate através da linguística.

Em 1989, na Universidade de Michigan, foram instaurados uma série de regras que proibiam o comportamento “verbal ou físico”, com capacidade de “estigmatizar” um

indivíduo por uma característica (“raça”, “etnicidade”, “gênero”, “orientação sexual”, “estatuto conjugal”, etc.). A prevenção visava não discriminar boa parte do corpo discente da instituição, zelando por práticas de "boas maneiras".

2.3 - Radicalização do movimento

Ao contrário do que o senso comum sugere sobre o tema, muito em parte em razão da patrulha que anos mais tarde o politicamente correto desenvolveu sobre a representação da linguagem, a vertente do movimento preocupa-se em colocar em desuso expressões que caracterizam pejorativamente grupos oprimidos por força econômica, sexual ou cultural, encontrando forte material em textos e expressões linguísticas.

Alguns estudiosos, como Malcom Coulthard, afirmam que “no passado os homens tinham controle da linguagem, e através dos tempos moldaram de forma a subjugar as mulheres.” (COULTHARD, 1991, p.66)

Barthes defende o efeito totalitário da língua ao vociferar que "toda linguagem é facista", por ter uma gramática convencional que nos "obriga a dizer" dentro do estabelecido. O próprio, porém, reconhece inexistir vida nos parâmetros sociais fora da linguagem. A forma de fugir aos convencionalismos seriam as "trapaças" na arte, literatura, poesia, cinema etc. (BARTHES, 1988, p.13)

Estas mesmas rotas de fuga que Barthes assim caracteriza o campo da arte seriam armadilhas dentro de um retrato social, onde o preconceito já é naturalizado. Trago aqui um exemplo encontrado na literatura infantil, assinado por um autor brasileiro de renome, para expressar como o domínio de práticas racistas e sexistas imperavam com uma naturalidade inquestionável.

No livro *Reinações de Narizinho*, de 1931, o autor Monteiro Lobato, homem conhecido pela erudição e por pertencer à classe mais abastada, usa as seguintes palavras para caracterizar a personagem Tia Nastácia, cozinheira negra do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

Na casa ainda existem duas pessoas - Tia Nastácia, **negra**

de estimação que carregou Lúcia em pequena, e Emília, uma boneca de pano bastante desajeitada de corpo. (grifo nosso) (LOBATO, 1931, p. 13)

Em outro momento do romance infantil, para caracterizar a forma de agir de um determinado personagem, Lobato usa a figura de uma negra como metáfora para estabelecer a comparação.

Dona Carochinha botou-lhe a língua - uma língua muito magra e seca - e retirou-se furiosa da vida, a resmungar que nem uma **negra beijuda**. (grifo nosso) (Idem, p. 13)

É visível nestes dois casos o uso da palavra, de forma explícita, para caracterizar o negro em uma situação discriminatória. Sem querer acusar Monteiro Lobato de racismo ou de querer subjugar o negro, seu texto retrata o "espírito do tempo" e ajuda a entender o preconceito linguístico existente como ainda fruto da escravidão, abolida em 1899. Sem conseguir se livrar do peso do período de mão de obra escrava no país, então herança ainda recente no país, a língua trazia àquela época, de forma natural, um ranço de associações da palavra "negro" com complementos de forte marca preconceituosa.

O combate para que este tipo de linguagem deixe de ser evocado para caracterizar qualquer grupo historicamente oprimido não pode deixar de ser visto como uma atitude política de extenso e importante desdobramento social. O problema do politicamente é a radicalização que o tema tem a capacidade de exprimir. Segundo Possenti, o politicamente correto "é um movimento confuso, com altos e baixos, e comporta algumas teses relevantes, outras extremamente discutíveis e outras francamente risíveis". (POSSENTI, 2006, p. 34)

Ainda tomando de exemplo o campo das produções infantis, a pedagogia, que parece sempre ser uma área de fácil espaço para as práticas das correções políticas – diria o ditado (politicamente incorreto): *é de menino que torce o pepino* –, é responsável por uma série de aberrações em revisões históricas destinadas a este público.

Segundo Rossoni:

Cantigas de roda clássicas já têm tido suas letras modificadas por serem consideradas inadequadas. É o caso de *Atirei o pau no Gato*, que, entre outras mudanças, agora apresenta o verso *Não atire o pau no gato*. (ROSSONI, op cit, 23)

Nos Estados Unidos alguns excessos em revisionismos tolos também possuem a fase risível. A clássica foi o pedido para que a palavra *history* (história) fosse mudada para *herstory* (his em inglês significa o pronome "ele" e her o pronome "ela"), como forma de retratar a importância das mulheres na formação da tradição americana. Outro exemplo de exagero é o pedido de mudança da palavra *menstruation* (menstruação) para *femalestruation* (pelo prefixo *men*, homens em inglês). (POSSENTI, opt cit).

O movimento da correção política que nasceu especialmente na luta contra expressões machistas e ganhou eco nas bandeiras contra o racismo, combatendo o modelo dominante do homem branco ocidental, passa a ir mais além, tomando a vigilância do vocábulo e do comportamento para rastrear qualquer desvio de conduta relativo a qualquer grupo discriminado, incluindo aí velhos, canhotos, carecas, baixinhos, fanhos e gogos, por exemplo.

O princípio de combate parte da premissa da criação da linguagem, tal qual conhecemos hoje, como feita exclusivamente pelo modelo hegemônico, no caso homens, brancos e heterossexuais. A linguagem carrega, portanto, traços marcantes deste modelo que privilegia esta estrutura social, discriminando setores desfavorecidos.

A radicalização de algumas feministas, que chegam a tratar, baseada no filósofo Jacques Derrida, a desconstrução do modelo vigente – nomeado pelo teórico de “falocentrismo” –, propõe até a escrita de uma “língua feminina”, que extirpasse qualquer expressão que designasse a mulher um lugar no mundo destinado apenas “a fecundade”, “ao materno” e “feminino”, sob a ótica do homem. (BENTO, op. cit, p 63).

Umberto Eco traz outro exemplo grotesco desta radicalização:

Houve quem começasse a dizer que *mankind* (raça humana) era uma expressão sexista, por causa do prefixo *man*, que excluiria as mulheres da humanidade, e decidiu-se substituí-lo por *humanity*, óbvia ignorância

terminológica, já que este termo também deriva de homo (e não de mulher). (ECO, 2006)

O mesmo fenômeno é repetido na questão racial. A valorização da raça negra a partir dos Estudos Culturais, desmistificando fórmulas de opressão e valorizando a etnia, transformou-se em forte movimento social, liderado por pessoas de grande carisma e força de mobilização como Luther King e Malcom X.

A conquista do negro no cenário norte-americano passou por focos de conflito, ocasionando na valorização da raça e recuperação da auto-estima. Como movimento social a questão ganha repercussão e influencia também a academia. Alguns trabalhos das universidades importam estes valores e ficam marcados por um parentesco "às avessas" do determinismo do fim do século XIX, desta vez, porém, em defesa exagerada da etnia negra. (PERRONE-MOISÉS, 2007, p 40.)

No afã de valorizar o negro como agente de luta e tradição original, de maneira equivocada, tais estudos embalam a "africanidade" essencial como panorama de perfeição. Tal construção já de saída ignora as enormes diferenças culturais entre os povos africanos, e entre os negros aculturados em outras partes do mundo. A exaltação do oprimido produz um discurso panfletário, que valoriza a minoria como sempre boa e estimável, lançando na hegemonia o pano do maniqueísmo condenatório. (Idem, p. 100)

De uma atitude louvável de uma voz da minoria ao crescimento como patrulha social, nos dias atuais. A força do politicamente correto ultrapassando os muros da universidade e passando a atuar como força de pressão na sociedade é explicada pela própria importância que estes movimentos ganharam como vozes ativas.

Para manter a força destes movimentos como atividade organizada é necessário criar o maniqueísmo da linguagem que justifique a patrulha. Segundo o filósofo Vladimir Volkoff, em entrevista a revista Happy Magazine, está claramente posta a dicotomia do politicamente correto como representação do bem e do comportamento politicamente incorreto, todo aquele que não se encaixa a estas normas, como o mal a ser combatido.

Volkoff exemplifica:

O politicamente correto consiste na observação da sociedade e da história em termos maniqueístas. O sumo bem, politicamente correto, consiste em buscar as opções e a tolerância nos demais, a menos que as opções do outro não sejam politicamente incorretas; o sumo mal encontra-se nos dados que precederiam à opção, quer sejam estes de caráter étnico, histórico, social, moral e inclusive sexual, e inclusive nos avatares humanos. O politicamente correto não atende à igualdade de oportunidade alguma no ponto de partida, senão, ao igualitarismo nos resultados no ponto de chegada.

2.4 - Eufemização e patrulha dos termos

O forte maniqueísmo como característica do politicamente correto passa pelo uso apropriado das palavras e código de conduta por parte daqueles que compartilham da linha discursiva em voga. Aqueles que estão fora destas normas estão sujeitos as restrições e sanções que possam vir a ser utilizadas, mais comumente a abertura de processos judiciais, como forma de despertar o constrangimento público. (BENTO, Op. cit. p. 43)

Sem entrar no mérito do acusador e do acusado, o mínimo deslize fora dos termos politicamente aceitos podem provocar acusações sobre racismo, machismo ou homofobia. O código de condutas neste caso passa pela eufemização de palavras que esvaziem o sentido original do termo para buscar a maior neutralidade possível.

Terminologia como anão, torna-se "verticalmente prejudicado", ao passo que negro nos Estados Unidos, se transforma em "afro-americano", no Brasil, "afro-brasileiro" ou "afro-descendente". Os exemplos são vários. E vão além das questões raciais e físicas. Desempregado vira "cidadão desocupado por tempo indeterminado"; um aleijado transforma-se em "pessoa com mobilidade reduzida"; cego é nada menos do que "cidadão com os recursos visuais impedidos" e "pobre" é "indivíduo de recursos econômicos sensíveis". Exemplos outros: prisão "centro de detenção" e asilo "unidade geriátrica". (Termos retirados da cartilha publicada pelo governo federal, em 2005, que será discutida em outro tópico).

Nos Estados Unidos, o dicionário *Official Politically Correct Dictionary and Handbook*, editado pelos autores Henry Beard e Christopher Cerf, já dimensiona termos como afro-americanos e americanos-asiáticos como substituição para "negro" e "oriental", respectivamente. Alguns apelam até para o cômico. "Cosmeticamente diferente" (*cosmetically different*) seria a melhor expressão para feio (*ugly*). Para pessoa obesa (*Obese Person*) o apropriado seria pessoa com formas alternativas de corpo (*Person with an alternative body image*). Até o termo suicídio (*suicide*) estaria sendo questionado para a introdução de algo como auto-eutanásia (*autoeuthanasia*). O mais estranho sem dúvidas seria tratar um serial killer como pessoa com dificuldades de reconhecer suas necessidades (*person with difficult-to-meet needs*). (GRZEGA, 2001).

A função da eufemização da linguagem, conforme Bento traduz, funciona como uma restrição linguística do politicamente correto para uma série de imagens que possam ser criadas na mente pela utilização da conotação segregacionista, daí a importante substituição de termos eufemísticos para "aliviar" palavras tratadas como "evitáveis" pela forte carga que trazem.

Na língua da "political correctness" a palavra já não é um instrumento para designar (e, como tal, discriminador), mas um instrumento que deve impedir certas imagens e certas noções de entrarem livremente no campo da consciência e de, uma vez aí, acudirem conseqüentemente à mente. É por isso que no ato político das suas "traduções", e mediante procedimentos de tecnificação e de eufemização da linguagem, a "political correctness" substitui quase sempre uma palavra concreta por uma perífrase abstracta, esvaziando esta, tanto quanto pode, de todo o conteúdo concreto ainda presente naquela, de modo a que, no final da operação, o seu sentido venha a ser o mais desmaterializado e o mais abstracto possível – isto quando não chega mesmo a varrer do léxico político certas expressões ou palavras-tabu e a pô-lo no Índice a correção política. (BENTO, 2000, p. 67)

Bento compara os métodos usados pelos termos do politicamente correto, na forma de esvaziar os léxicos considerados agressivos, aos termos ficcionais da "Novilíngua", do romance 1984, de George Orwell, escrito pelo autor inglês em 1948.

Segundo Bento:

O programa de ortosemantização da linguagem, com o seu princípio de equivocação das palavras, que reduz a sua polissemia e ambigüidade constitutivas a um sentido único, o sentido aprovado, esse, qual “Big Brother”, está entre nós e vela por nós, e a sua marcha, à semelhança da “Polícia do Pensamento” que George Orwell descreve na sua ficção, aparenta ser sem retorno. (Idem, p.44)

A Novilíngua do romance de George Orwell, escrito em 1948, é uma forma de expressão que reduz a capacidade de pensamento do indivíduo, retirando dos cidadãos a reflexão própria da língua. A cada ano, no romance, o número de significantes da Novilíngua é reduzido, movimento oposto ao que acontece nas línguas "reais", que sempre tendem a crescer com o surgimento de gírias, neologismos e novos significantes para as palavras. Em 1984, a Novilíngua serve plenamente para a ditadura em que os personagens estão submersos, transformando em "cordeiros" os possíveis movimentos ativos desta sociedade ficcional.

Admitindo, portanto, a comparação entre o politicamente correto e a "Novilíngua", no que tange o esvaziamento de significantes e neutralidade da língua, cabe aqui a indagação: a que propósito serviria a eufemização do politicamente correto, qual seria a intenção?

O comportamento do politicamente correto quando propõe a substituição de termos por outros "neutros" e "objetivos", como no caso de chamar "negros" de "afro-descendentes", tem como objetivo, em uma hipótese mais provável, atribuir principalmente a palavra a conotação negativa dos termos e uma posição discriminatória, considerando largamente a perspectiva histórica que os léxicos gramáticas estão mergulhados (POSSENTI, Op. cit p. 144).

O autor indica ainda uma clara diferenciação entre o politicamente correto e a Análise do Discurso no que tange as formas de enxergar a materialização dos discursos com conotação preconceituosa.

A Análise de Discurso questiona a asserção de que a conotação pejorativa esteja ligada diretamente à ligada própria palavra. Para esta teoria dos sentidos, a palavra produz os efeitos de sentido que produz em decorrência do discurso a que pertence tipicamente (um discurso racista, por exemplo). Tal discurso só ocorre se a sociedade for de alguma forma racista. Esta contraposição em relação ao peso das palavras - peso que seria seu, segundo uma hipótese, ou que derivaria dos discursos nas quais são enunciadas, segundo outra - mostra claramente a relevância do problema em questão e a diferença entre as hipóteses que tentam explicar o que se ocorre no domínio do sentido. (Idem, Ibidem)

Neste caso, o esforço de trazer para a língua a conotação preconceituosa na sua formação estaria como cerne de uma discussão para expor uma tradição discriminatória do homem contra determinados grupos sociais ao longo da história. A teoria, porém, desliza em casos em que a origem de palavras em nada expõe o preconceito atribuído a elas. (COULTHARD, op. cit, p.21)

Um exemplo clássico, ocorrido no Brasil, demonstra como nem sempre as atitudes preconceituosas estão interligadas apenas a força das palavras e sim, muitas vezes, a interpretações a partir delas.

No ano 1994, o então candidato a presidência Fernando Henrique Cardoso foi alvo de debate promovido pelo movimento negro pelo emprego da palavra "mulato". Pairou sobre FHC a acusação de racismo, pelo suposto radical da palavra, que estaria ligado ao termo "mula".

No artigo "A Linguagem Politicamente correta no Brasil: Uma língua de madeira?", Sírio Possenti e Roberto Leiser Baronas, apresentam esta polêmica a partir da matéria feita pelo jornal Folha de S. Paulo e por cartas de leitores respondendo à questão.

a) Reportagem registra a seguinte afirmação de um militante negro: "Só se ele é filho de mula. Mulatinho é cruzamento com mula, não com negro". b) Cartas de leitores apresentam análises do fato, afirmando, por exemplo, que Fernando H. Cardoso deveria saber que a palavra "mulato" tem origem pejorativa e que certos movimentos negros lutam contra sua utilização. Outra

carta baseia sua argumentação na análise etimológica corrente, afirmando que além do caráter pejorativo do termo "mulatinho" para se referir ao negro, a questão se agrava pelo fato de palavra "mulato" originar-se de "mula". Outra carta de leitor assinalava, no entanto, que a palavra "mulato" não deriva de "mula", mas de um vocábulo árabe (aprox. [mohalát]) que significa 'mestiço'. A idéia que subjaz a esta discussão é que, se uma hipótese etimológica for verdadeira, a palavra veicula racismo; mas, se verdadeira for a outra, também etimológica, a palavra "mulato" se tornaria neutra, não veicularia racismo.

O colunista do próprio jornal, Jânio de Freitas, tratou a questão da seguinte forma: "atribuir a todo uso da palavra "mulato" um sentido ofensivo ou discriminatório, como tantos estão fazendo, é negar a natureza dinâmica da linguagem, com sua permanente modificação de formas e sentidos. Mesmo que a procedência etimológica de "mulato" tenha a incomprovada relação com "mula", seu sentido não guarda sequer vestígio desta suposta origem" (Folha de S. Paulo, 08.02.94).

Nesta discussão cabe também termos que mesmo admitindo formação histórica ligada a expressões de discriminação teriam ao longo do tempo ganhado novos significados, pelo próprio dinamismo da língua.

Termos como *judiar*, *denegrir*, que constam fora de qualquer cartilha politicamente correta estariam no espaço dos excessos cometidos pela correção política, ignorando novos significantes que a língua pode adquirir através dos tempos.

O escritor João Ubaldo Ribeiro expõe a patrulha dos termos tidos como politicamente incorretos, mesmo quando seus significantes em nada expõe qualquer aproximação com atitudes humanamente condenáveis:

Quanto ao vocabulário, a atenção tem que ser redobrada. Já não emprego, por exemplo, "há nuvens negras no horizonte", porque, se de fato nuvens negras ou fuliginosas costumam, como todo mundo sabe, prenunciar mau tempo, não quero com isso ofender a população negra, embora, ao usar a metáfora, não esteja nem de longe pensando nos negros e abomine qualquer tipo de

preconceito. Nem a negritude das nuvens tempestuosas tem nada a ver com a negritude humana. Mas, se usar a expressão, mesmo como exemplo, chega carta reclamando, como provavelmente chegarão algumas, depois disto que acabo de escrever.

Desta forma, a "condenação" da palavra, além de apontar para uma longa discriminação no percurso histórico, que ainda deixaria rastros na língua, justifica a própria necessidade da patrulha e legitima a existência de grupos ligados aos oprimidos. (PERRONE- MOISÉS, op cit, p. 26).

Para Possenti, não existe relação direta entre as disposições preconceituosas na sociedade e sua reflexão na língua, sociedade e/ou cultura. Ou seja, para ele, não funciona como regra, por exemplo, existir uma língua portuguesa machista pelo fato de o Brasil ser um país machista. Segundo o autor, este equívoco – constantemente adotado pelo politicamente correto – nega a autonomia do sistema lingüístico com seus praticantes. (POSSENTI, 2003, p. 44)

Ainda segundo Possenti, baseado no filósofo Michel Pêcheux, se assim fosse cada grupo social teria sua própria gramática baseado na sua vivência social, o que de forma alguma acontece, o máximo são gírias e produções linguísticas menores. Possenti, porém, faz uma ressalva. Negar que a língua reflete puramente o comportamento da sociedade não quer dizer que esta língua seja neutra. Não existe imparcialidade na produção dos sentidos, diz ele, pois todo processo discursivo é formado com produção ideológica.

Ainda no cerne desta discussão, trago aqui um caso que mostra como a questão da nomenclatura é uma reivindicação forte dos movimentos das minorias, além de, este mesmo exemplo, ilustrar a patrulha como um aspecto inerente ao politicamente correto, para garantir "o respeito às preferências".

Em 1992, a Folha de S. Paulo anunciou um novo Manual de Redação com o destaque de estar atento a linguagem do politicamente correto. Entre alguns verbetes, dava especial destaque para os jornalistas da casa evitarem termos como "preto, crioulo,

escurinho, alemão, moreno, de cor". A terminologia correta passaria a ser "negro", ignorando até mesmos termos como "afro-brasileiro e afro-descendente".

No caso dos homossexuais estava proibido a utilização dos termos "bicha, pederasta, xibungo, veado, fresco, traveco, sapatão, ela calça 42"; o correto seria usar as palavras "homossexual, travesti, lésbica". O termo "gay" também estava vetado segundo o novo Manual. Dias depois da Folha lançar o novo livro de normas, o Grupo Gay da Bahia (GGB) enviou a seguinte carta ao jornal, publicada pelo próprio diário paulistano.

Gostaria de apontar uma sutil incorreção no 'Novo Manual de Redação' da Folha. Ao referir aos termos sinônimos de homossexualidade, sugere evitar os chulos 'bicha, veado, boneca, traveco, sapatão', substituindo-os por 'homossexual, travesti e lésbica', desaconselhando o uso dos termos 'gay (que significa feliz), alfenado e safista'. Primeiro uma correção: o étimo gay provém da língua catalã provençal, redundando no português gai, tanto quanto no inglês significando alegre (e não 'feliz'), e desde o século 13, segundo pesquisas do sr. John Boswell, da Universidade da Califórnia, é utilizado exatamente no mesmo sentido contemporâneo, como sinônimo de homossexual. Segundo reparo: o termo homossexual foi usado pela primeira vez em 1869, cunhado pelo escritor uranista Benkert, sendo imediatamente apropriado pelo saber médico como designativo 'científico' em substituição ao antigo 'sodomita'. Há mais de duas décadas, no mundo inteiro, os homófilos adotaram o termo gay para se autoidentificar, preferindo-o ao ascético 'homossexual', que consideram uma imposição da medicina. Se a Folha privilegia o termo negro, em lugar de crioulo, preto etc - adotando exatamente o designativo preferido dos afrodescendentes brasileiros -, que respeite igualmente a preferência das lésbicas, travestis e homossexuais de nosso país, que há mais de uma década se autoidentificam como gays. (LUIZ MOTT, presidente do grupo Gay da Bahia - Salvador, BA).

Este exemplo traduz claramente duas questões abordadas anteriormente neste trabalho. A primeira delas é o fato de um grupo que representa uma minoria (no caso o GGB) buscar voz ativa no processo de construção da sua imagem como identidade cultural, o que está plenamente de acordo com os princípios verbalizados pelos Estudos Culturais.

O outro item é a patrulha da língua. Sem entrar no mérito da questão dos termos aceitos ou condenados, é visível uma preocupação linguística de ambos os lados (Folha de S. Paulo e GGB) na retratação dos vocábulos. No caso do GGB há uma elaboração teórica quanto a condenar o uso de termos médicos, que implicitamente trataria a questão como uma doença. O jornal, por sua vez, opta pelo termo que menos tencione a questão, buscando a assepsia da palavra.

Este embate está para Leonora Billings-Harris como uma preocupação prévia do falante em não ofender o seu ouvinte, preferindo, excluindo casos específicos (xingamentos, discussões), optar por termos sensíveis ao politicamente correto, com o risco de provocar uma censura prévia ao comunicador em palavras vistas como “perigosas”.

A autora ainda destaca que a melhor forma para que o comunicador logre êxito questões “delicadas”. A fórmula seria fazer referência à raça, religião, idade ou incapacidades físicas apenas quando a informação for relevante no contexto da informação.

Ainda segundo Billings-Harris quando for necessária a utilização do termo é imperativo seu uso, de forma não pejorativa, mas ainda assim o uso. Segundo ela, isto evitaria a tensão entre a sensibilidade e a censura causada no portador da fala.

Como exemplo, a autora traz o termo *hispânico* que é visto com maus olhos pela comunidade de venezuelanos, porto-riquenhos, mexicanos, brasileiros, argentinos etc residentes nos EUA. Para ela, o uso do termo de forma gratuita ofende por generalizar e não respeitar as diferenças culturais de cada sub-grupo. No entanto, se o termo for usado como forma de retratar aspectos comuns a estes imigrantes, como apoio ao candidato Barack Obama nas eleições por exemplo, a conotação do termo é muito mais direta e eficiente do que se for buscar sinônimos esvaziados para caracterizar o grupo.

Fica claro, baseado na tese exposta pelos autores trazidos neste trabalho, que na vigilância promovida pelo politicamente correto existem expressões marcadamente preconceituosas (como no exemplo citado em Monteiro Lobato); termos em disputa (seria o caso de homossexual x gay, que envolveria a questão de identidade) e outras tantas expressões que são lançadas a condenação sem qualquer objetivação minimamente séria (*nuvem negra, judiar, mulato*), pois são ignoradas as novas ações

tomadas pela língua no seu dinamismo natural.

2.5 - Cartilha brasileira

No país da propaganda democrática racial, os primeiros sinais do politicamente correto começaram a ser manifestados na esfera pública nos discursos do então presidente José Sarney (1985-1990). Nos chavões dos "brasileiros e brasileiras", que o ex-presidente usava para iniciar seus discursos, estavam posto como um reconhecimento a problemática das questões de gênero, ainda que cheirassem mais a demagogia política que qualquer outra coisa.

O exemplo mais claro, porém, de uma tentativa de manifestar uma pressão institucionalizada do politicamente correto no país veio com a publicação, em 2005, da cartilha do *Politicamente Correto & Direitos Humanos*, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do Governo Lula.



A cartilha (foto acima) trazia alguns itens que deveriam ter revisados na linguagem popular. Vejamos alguns:

A COISA FICOU PRETA: forte conotação racista contra os negros, pois associa o preto a uma situação ruim. **AIDÉTICO:** termo discriminador, o correto é HIV positivo ou soropositivo, para quem não apresenta os sintomas, e pessoa com Aids ou doente de Aids, para quem apresenta os sintomas. **ANÃO:** são vítimas de um preconceito peculiar: o de sempre serem

considerados engraçados. Não há nada especialmente engraçado. O fato de ser anão não afeta a dignidade. **BAIANADA:** atribui aos baianos inabilidade no trânsito. É um preconceito de caráter regional e racial, como os que imputam malandragem aos cariocas, esperteza aos mineiros, falta de inteligência aos goianos e orientação homossexual aos gaúchos. **BAITOLA:** utilizada para depreciar os homossexuais, assim como bicha e boiola. Sugeridos como corretos: gay e entendido (a). **BARBEIRO:** xingamento para motorista inábil. Ofensiva ao profissional especializado em cortar cabelo e aparar a barba. **CABEÇA-CHATA:** termo insultuoso e racista dirigido aos nordestinos, cearenses em especial. **COMUNISTA:** contra eles foram inventadas calúnias e insultos, para justificar campanhas de perseguição que resultaram em assassinatos em massa, de caráter genocida, como durante o regime nazista na Alemanha. **FARINHA DO MESMO SACO:** junto com expressões como todo político é ladrão, todo jornalista é mentiroso, os muçulmanos são terroristas, ilustra a falsidade e leviandade das generalizações apressadas, base de todos os preconceitos. O fato de haver políticos corruptos, jornalistas imprecisos e muçulmanos extremistas não significa que a totalidade desses segmentos mereça aquelas respectivas acusações. **HOMOSSEXUALISMO:** é mais adequado usar homossexualidade. Homossexualismo tem carga pejorativa ligada à crença de que a orientação homossexual seria uma doença, uma ideologia ou movimento político. **NEGRO:** a maioria dos militantes do movimento negro prefere este termo a preto. Mas em certas situações as duas expressões podem ser ofensivas. Em outras, podem denotar carinho nos diminutivos neguinho ou minha preta.

O manual, aos moldes do *Official Politically Correct Dictionary and Handbook* americano, contudo, não teve no Brasil a mesma repercussão dos Estados Unidos, sendo recolhidos semanas após o lançamento.

Rossoni, utilizando o artigo de Andrew Downie, *The Christian Science Monitor*, explica que esta distorção é fruto das sutilezas brasileiras na abordagem do assunto:

ao utilizar a expressão *racismo institucional*, na verdade estão se referindo ao fato de que, desde a abolição da escravatura, nunca se criou banheiros diferentes para brancos e negros, locais específicos para cada um em transporte público, ou coisas do gênero. Com isso, acreditava-se que no Brasil talvez não houvesse, realmente, racismo.[...] um dos fatores que dificulta a percepção do racismo na linguagem é o uso de sufixos diminutivos como *-inho* ou *-inha*. Acrescentando e uma

dessas partículas, a palavra parece que tem seu sentido suavizado. O uso de eufemismos, como *neguinha*, denota um tipo grave de racismo, mas no Brasil acaba sendo usado até mesmo de maneira afetuosa ou menos agressiva. (ROSSONI, 2009)

Para Possenti a cartilha está fundada na concepção da língua como uma "relação direta da palavra com as coisas". O que tornaria a linguagem uma "variante antropológica e a-histórica". As palavras ressaltadas pela cartilha ignoram que a língua é relativamente autônoma. O preconceito, neste caso, estaria colado às palavras e não inoculados de historicidade significativa como defende a Análise do Discurso.

O linguísta afirma em linhas gerais que seria muito ingênuo achar que "palavras preconceituosas" possam ser substituídas por léxicos ditos "puros", sem qualquer carga discriminatória (se é que estas palavras puras existam), interditando assim no indivíduo qualquer manifestação de cunho racial, sexual ou de qualquer outra natureza.

Tratar a questão do preconceito apenas no embate da palavra, sem negar com isso a importância de suprimir os excessos da língua ou comportamentos fora do bom senso, é atribuir também uma excessiva confiança a linha etimológica, que erra muitas vezes por mera ignorância (como no caso do *history*) ou por desconhecer o caráter dinâmico da língua (o exemplo do *mulato*).

3. ANÁLISE: O HUMOR VIGIADO

A partir da apresentação conceitual do humor e seu percurso histórico, seguido da análise do politicamente correto como formação discursiva e aumento gradativo do poder de atuação social, parto, neste último capítulo, para o estudo de uma obra humorística que se autodenomina como politicamente incorreta.

O livro *Assim Rasteja a Humanidade*, editado pela Desiderata, da coleção Sigmund, é uma obra do cartunista Allan Sieber. A escolha deste material foi feita justamente pelo seu comprometimento em oferecer aos leitores doses de humor com picardia, proclamado como politicamente incorreto.

Na apresentação do livro, escrita pelo também cartunista Jaguar (trabalhou no Pasquim), está assim definida a proposta da obra: "há dois tipos de cartunistas: os politicamente corretos e os muito pelo contrário. Os politicamente incorretos – se forem eticamente escrachados, melhor ainda – são os meus preferidos. Os outros, os corretos, os certinhos, são uns chatos de galocha, por melhor técnica que ostentem. E tenho vontade de cuspir quando dizem que "humor é coisa séria".

Prossegue o cartunista na sua apresentação: "Allan Sieber, em matéria de politicamente incorreto, é campeão [...] Deixem o livro fora do alcance das crianças e folheiem com cuidado. Seus cartuns, ao mesmo tempo truculentos e sofisticados, contém humor corrosivo".

Na falta de uma conceituação maior sobre o tema - não abarcada por uma literatura vasta para conceituar humor politicamente incorreto - focalizo meu trabalho em analisar os caminhos percorridos por Sieber para se estabelecer no gênero afirmado, ao mesmo tempo que não fere direitos humanitários.

Esta análise parte, óbvio, de uma curiosidade anterior ao próprio estudo. Como vimos no segundo capítulo deste trabalho, o politicamente correto tem no seu bojo a defesa de temas humanitários, ainda que se utilize de uma radicalização muitas vezes traumática para combater formas consideradas preconceituosas. Em um primeiro momento, o tema

desta análise é entender como o humor, dado seu caráter crítico inerente, zomba do excesso do politicamente correto, tendo o cuidado de separar os exageros da real defesa da igualdade das minorias.

O objetivo seria, portanto, algo como: entender a desconstrução que o humor faz da face mais risível do politicamente correto – mostrado nos exemplos de *history*, *nuvens negras*, *judiar* – na mesma proporção que não fere temas agora caros para a sociedade. É difícil imaginar alguém contando piadas em público de forte cunho racial, contudo, para um livro que defende ser politicamente incorreto omitir piadas sobre o tema seria aceitar, de saída, a interferência da correção política.

Uma forma simples de querer não ser politicamente correto seria, talvez, retornar as piadas feitas antes que este discurso tomou força. Voltar a atribuir caracterizações a negros, mulheres e gays com forte cunho discriminatório, em forma de anedotas, como feitas a bem pouco tempo. Além de ser uma opção extremamente anacrônica e condenável, não caberia nos dias atuais sem passar incólume aos processos judiciais.

Sendo estes temas tradicionais ao humor abandoná-los seria (como afirmado acima) aceitar de saída a patrulha da correção política. Neste campo de batalha posto, analisarei os caminhos do humor declarado politicamente correto para se fazer válido sem ser ofensivo, e também, algo extremamente importante, sem fugir do seu ethos corrosivo e contestatório.

Para tanto, a análise destes cartuns serão divididos em três blocos: piadas sobre gays e temas sexuais, mulheres e negros, nesta ordem. Focalizando nos estudos sobre técnicas de humor tentarei explicar como um novo humor politicamente incorreto encara um mundo dominado pelos ditames do politicamente correto.

Para finalizar esta introdução remeto novamente a apresentação de Jaguar sobre o *Assim Rasteja a Humanidade*, que escreve: "É um profissional de mão cheia, e se garante em cartum, HQ, desenho animado. Este livro "Assim Rasteja a Humanidade" é barra pesada. O sacana me obrigou de novo a bancar o censor. Alguns cartuns, se fossem publicados, dariam um rebu que nem as caricaturas de Maomé naquele jornal dinamarquês. Outros, que achei impróprios para menores de 21 anos, vêm com uma

espécie de selo".

Ou seja, partiremos para a análise desta obra já sabendo que a própria editora que banca um livro politicamente incorreto sabe dos riscos dos excessos, aceitando estas criações somente após um crivo daquilo que é permitido. O domínio do politicamente correto é evidente e questioná-lo – o que não implica ser a favor do preconceito – exige uma forma sutilmente inteligente para driblá-lo.

3.1 – Piadas sobre gays, travestis etc.

Escolhi três cartuns de Sieber para ilustrar a caracterização que o autor faz sobre o tema da homossexualidade. Os três cartuns, dentre vários sobre esta temática no livro, foram escolhidos pela interpretação do emprego de técnicas que seriam uma espécie de drible ao politicamente correto, ao mesmo tempo que não prejudicam a piada.

Analisarei cada um deles separadamente. Vamos ao primeiro:



O senso criativo que provoca o humor neste cartum está na relação de naturalidade que dois executivos (aparentemente heterossexuais) usam para falar da prática sexual com pessoas do mesmo sexo. O riso seria provocado justamente pelo fato do pagamento de uma dívida obrigar o sujeito a se submeter a algo que não seja do seu agrado, ainda que ele não conteste a forma de pagamento.

Os dois personagens discutem naturalmente o ato de praticar sexo anal com outro homem. Apesar de não mostrar qualquer resistência ao ato (o que naturaliza a situação), o texto no balão do primeiro personagem leva a crer que a dívida com o banco o obriga a determinada situação. A fala do segundo personagem, concordando – ao invés de mostrar indignação pela violência a qual o amigo será submetido – reforça o ar de naturalização do tema.

É notório e claro que ninguém que tenha uma dívida e tenha que pagá-la faça de forma prazerosa o pagamento, ainda que se resigne como o fato, pelo dinheiro tomado como empréstimo.

A piada poderia ser muito bem utilizada como forma de zombar os gerentes de banco e o sistema capitalista que estamos submetidos. Mas, além de cutucar este segmento, traz humor para um tipo de fala que representa um modelo sexual de um grupo.

De acordo com Raskin, a piada representa a mudança de diferentes textos ao longo da narrativa. Tais mudanças o autor classifica como "*scripts* diferentes e com sentido compatível" opondo-se de forma a criar uma mudança inesperada na narrativa para provocar o riso. Estes textos devem ter a transição acionada por um gatilho (o clímax da anedota), o que garante dois temas diversos no mesmo texto convivendo de forma conexa. Um destes dois textos é o responsável pelo riso, enquanto o outro funciona como suporte. (RASKIN, 1985, pág 99).

No caso do cartum analisado, dois amigos conversarem durante um almoço sobre empréstimo de banco serve como o primeiro script, o fato de concordarem a respeito de "dar meia hora de cu" pelo dinheiro tomado é o gatilho que aciona o riso.

O que haveria de politicamente incorreto neste cartum? Segundo Maria Berenice Dias, da ONG do Direito Homoafetivo:

Não é preciso declinar a série de vocábulos e expressões utilizados para identificar um fato natural, que sempre existiu, mas que a humanidade insiste rejeitar: o amor ao mesmo sexo. O preconceito e a discriminação que cercam as variantes que se

afastam da sexualidade aceita como correta – pelo simples fato de ser majoritária – levam ao surgimento de denominações que acabam sempre escorregando para o escárnio e o deboche.

Como o objetivo deste trabalho não é entender a piada politicamente incorreta, mas sim analisar a forma como esta dribla o conceito imperativo da correção política, vamos tentar explicar como se dá este entendimento.

O ponto claro deste cartum é a sutileza. É uma piada que tira sarro do ato da prática sexual com outros homens. Obrigado a pagar uma dívida consumida, o primeiro personagem se vê na posição de aceitar qualquer mando do seu gerente. Para exagerar este "mando", Sieber traz algo que certamente estaria entre as últimas vontades de um heterossexual praticar, justamente pela discriminação da prática da pederastia.

Trago aqui uma série de vocábulos destinados aos gays e ao ato do coito anal para justificar a relação deste segmento e prática na sociedade. Os termos foram retirados do *Dicionário do Palavrão e termos afins*, de Mário Souto Maior. Segue:

Homossexual - Abibolado, acolhido, adé, adelaide, alfredinho, afrescalhado, baitola, barbosa, bebe leite, besouro, caga pra dentro, caravela, doador, engolidor de cobra, falso à bandeira, fanchona, ganimedes, invertido, jiló, locru, marico, miloca, membeca, núria, ozias, paneleiro, papa-cu, peba, qualiragem, rachado, salta moita, suné, tia, tone, valoriza um espadim, velhota, veado, xinbunogue, xibungo, zinho.

Prática do sexo anal - Absorver um prejuízo, acolher, aduchar, amortecer uma queda, anistiar um rebelde, apagar uma vela, amar um patacho, atracar a popa, bandeijar, beijar uma fita, brincar de Pedro, brincar de troca troca, cair dos quartos, cantar a conceição, dar a maricotinha, dar as costas ao inimigo, enrabar, fazer das tripas coração, ir na peida, jiribaitar, levar no cu, levar na caixa, maricar, mucumbucar, papar cu, pegar a baba, quebrar uma bunda, sentar na boneca, tampa (levar na), veadagem (Mário Souto Maior, 1971).

Estes exemplos evidenciam, dado a grande quantidade de termos, o desconforto popular com os homossexuais e a prática do sexo anal. Tal qual as expressões neutras do politicamente correto, só que operando por uma lógica inversa, estes termos populares fazem questão de, substituindo a expressão usual, dotar de outros significantes as

palavras apropriadas para determinadas situações. (POSSENTI, 2002, p.62)

Durante muito tempo, estudiosos de linguagem deram destaque a certos campos semânticos nos quais vicejavam os taubs – palavras ligadas a partes ou ações do corpo humano (especialmente ligadas à reprodução ou à excreção), a deuses e demônios, a doenças e à morte. [...] O fenômeno de que estou tratando não consiste propriamente em evitar tabus. Parece consistir mais simplesmente em evitar a "realidade", seguindo determinadas concepções de realidade, é claro. (Idem, p. 63).

Voltando ao cartum, utilizando as técnicas do humor, podemos inferir que o desenho de Sieber funciona como piada ao naturalizar uma situação tabu em decorrência de uma força maior. É a teoria dos scripts de Raskin atuando sobre algo inerente ao humor, que é a capacidade do exagero.

Outro ponto importante que vale ser ressaltado é que a narrativa construída de forma sutil, neste caso, se dá também pela ausência de personagens homossexuais no cartum, o que de saída já evita o estereótipo da caracterização. Algo que o politicamente correto faz questão de policiar.

Sem mencionar ser um cartum sobre gays, o que até a dubiedade em ser também uma piada sobre banqueiros nos divide a atenção, e sem utilizar personagens caracterizados de forma clássica, a sutileza se transforma em um aspecto fundamental para brincar com os homossexuais e, sobretudo, com a prática do coito anal sem ser ofensivo ou grosseiro, muito menos sem despertar a vigilância do politicamente correto.

A sutileza é tratada por Bergson como uma "falsa zona neutra em que o homem serve simplesmente de espetáculo ao homem". O riso, tratado como castigo pelo autor, seria a forma de brincar como o termo usando um jeito inteligente de driblar os padrões costumeiros que outros piadistas assim fariam. (BERGSON, 1900, p. 14)

Neste caso, fazer piada sobre gays sem necessariamente enquadrá-lo no texto, apenas caracterizando este como alvo de chacota sutil sem mencionar sua participação, seria uma forma de reprimir uma futura censura do politicamente correto.

O ponto forte que caracteriza este cartum, porém, é a naturalização de um ato por força de outro maior. Algo que o próprio politicamente correto tenta fazer na busca de neutralizar a realidade, com uso de expressões que esvaziem o sentido da mesma. No cartum de Sieber também há o efeito da naturalização, mas sem que, com isto, signifique dizer que os personagens deixaram de ser preconceituosos (inclusive o riso só é garantido pelo fato de haver preconceito dos personagens e também do leitor com o ato da sodomia).

O humor do cartum está justamente no salto da naturalização coexistindo com o preconceito não extirpado. O que, para Bento é justamente o efeito provocado pelo politicamente correto (BENTO, 2005, p. 37):

É por isso que no acto político das suas “traduções”, e mediante procedimentos de tecnificação e de eufemização da linguagem, a “political correctness” substitui quase sempre uma palavra concreta por uma perífrase abstracta, esvaziando esta, tanto quanto pode, de todo o conteúdo concreto ainda presente naquela, de modo a que, no final da operação, o seu sentido venha a ser o mais desmaterializado e o mais abstracto possível. [...] o efeito causado é simplesmente da hipocrisia, uma vez que, os problemas que se pretendem solucionar encontram efeito, desta forma, apenas na linguagem, sem que haja ressonância real (Idem, p 30-32).

Neste cartum, Sieber não faz humor propriamente com o tema da homossexualidade. Usando o artifício dos scripts, e sem utilizar qualquer personagem gay enquadrado, a piada recai sobre a naturalização forçada, encoberta pelas doses de preconceito que imagina despertar no leitor. O tema da homossexualidade, considerado tabu, e sendo caracterizado por meio de expressão popular ("dar meia hora de cu"), é deslocado para uma suposta zona de neutralidade, que, de maneira alguma, existe para o leitor que tenha contato com o texto.

Trago aqui outro cartum de Sieber, também sobre a homossexualidade, para entender o emprego da técnica utilizada



Com uma caracterização mais direta do que o primeiro, este cartum apresenta como tema, na tentativa de provocar o riso no leitor, a relação sexual não convencional. Assim como no primeiro cartum, este também retira de cena a figura do homossexual. Enquadrados no cartum temos um japonês e um travesti brasileiro.

Assim como na primeira piada, o personagem homossexual clássico (o passivo), de quem geralmente se quer rir em piadas de conotação sexual, é retirado do cenário da história. Não poderíamos dizer que neste caso, porém, que o cartum se utiliza da sutileza como no primeiro, dada sua própria reprodução técnica (exibindo o pênis do japonês e do travesti) .

De semelhante ao outro texto temos apenas os dois scripts existindo paralelamente. Neste caso, ousa a dizer que seriam até três scripts coexistindo simultaneamente. O gatilho da piada é acionado assim que se calam os dois discursos.

E observem que curioso. Os dois primeiros scripts deste cartum zelam por atitudes politicamente corretas (ainda de forma incorretas por esta linha discursiva), até ativar o terceiro, que é um verdadeiro bombardeio a estas convenções.

No primeiro discurso, o japonês evidencia ser falso o que anedotas históricas tratam como uma deficiência étnica em relação ao tamanho do pênis. Mostrando um nipônico "desmarcado" e orgulhoso da sua situação avantajada ("isso de que japonês tem pau pequeno é puro mito", diz ele) a piada em um primeiro momento afina seu discurso com o politicamente correto.

É claro que, mesmo que o cartum só mostrasse o japonês desmarcado e declarando ser falsa as brincadeiras com sua disposição fálica, o discurso da correção política fatalmente o condenaria pela ousadia em evidenciar o personagem nu e de maneira exagera. Por si só esta primeira parte do desenho seria uma excelente anedota, pelo visível desconforto que traria ao politicamente correto em oposição ao discurso declarado.

Mas a piada ainda prossegue. Na fala seguinte, a outra personagem rebate dizendo que ele (o japonês) não imagina o que falam das brasileiras. Este primeiro sentido também seria uma forma de corroborar com o discurso do politicamente correto, a medida que, supostamente, mostra a insatisfação da segunda personagem com piadas envolvendo a mulher brasileira.

A fala do balão seria uma posição política em relação a submissão e caracterização machista que a mulher brasileira sofre. O desenho nega este suposto discurso político, ao mostrar uma mulher com o pênis ereto. Ou seja, primeiramente não se trata de uma mulher, o que desconfigura o lugar de fala atribuído ao personagem. Como segundo ponto, o suposto discurso político tenta esconder uma verdade que se quer ocultar (no caso, que se trata de um travesti e não de uma mulher), pondo a posição política em primeiro plano em função de um ato íntimo que se quer consumir (ou que já teria sido consumado, funcionando neste caso uma justificativa para sua consumação).

Como análise do discurso, Milton José Pinto, do Grupo de Trabalhos dos Estudos do Discurso, lembra que "as imagens que nos bombardeiam na sociedade contemporânea não são signos, são discursos sociais ou parte integrante deles" (PINTO, 2004, p.6).

José Pinto vai mais além:

A análise aborda a imagem como qualquer outro texto, indo procurar nela os traços que o identificam como um tipo de discurso social, apropriado à situação de comunicação em curso. O que varia quando se analisa um texto verbal ou uma imagem são as características dos traços a serem procurados, mas ambos devem ser abordados como discursos. (Idem, p. 7).

O discurso que o cartum traz, portanto, não seria de discriminação propriamente. Ele consegue ser politicamente incorreto pelo uso de uma técnica escrachada (que faz questão de caracterizar os personagens antes ou depois de um ato sexual) e por um texto que prima pelo deslocamento dos personagens em seus contextos.

O texto é humorístico politicamente incorreto sendo metalinguístico. Reconhece e desconstrói piadas sobre japoneses e brasileiras para não "perdoar" a prática do sexo anal. A tática neste caso para driblar o politicamente correto é admitir o lado corrosivo e estereotipado das piadas (fazendo piadas sobre o próprio estereótipo, algo como dizesse "não é generalizante, existem inúmeras exceções. Olhem só o japonês!") e ativar o gatilho para aquilo que realmente quer se fazer pilhéria.

Uma maneira extremamente inteligente de proceder, uma vez que brinca com vários fatores do humor, citados por Bergson. O exagero, a metalinguagem e o fato de expor ao ridículo um personagem exibicionista. Neste caso, o japonês, que com um instrumento avantajado, poderia ser símbolo de um homem viril e conquistador de mulheres termina mantendo relações com um travesti por engano, personagem alheio ao sistema sexual padrão. Neste caso continua sendo "sacaneado", mesmo após ter se livrado da primeira manifestação humorística.

O último cartum sobre o tema da homossexualidade que trago é justamente um que caracteriza o gay na narrativa. Trarei ele primeiro para depois discorrer sobre o tema.



Este cartum é o primeiro desta trinca apresentada que se preocupa em fazer uma piada sexual incluindo um personagem homossexual. O riso neste texto é explicado, segundo as técnicas de Freud, pelo rebaixamento moral do personagem (no caso o personagem homossexual) e da forma como a narrativa é contada.

É uma conversa de bar entre (muito provavelmente) dois homossexuais. Enquanto o primeiro evoca um discurso político, o segundo contesta esta fala para manifestar um desejo em relação ao prazer. Está posta a dicotomia entre o reconhecimento dos direitos dos homossexuais e a busca pelo prazer.

O humor reside no rebaixamento do segundo personagem, justamente aquele que representada o gay de forma mais caricatural. Ao invés de concordar com o colega, o segundo personagem prega a manutenção do modelo da sociedade atual (inclusive discriminatória com os gays), isso caso a esta sociedade continue permitido o prazer. A forma surpreendente que a narrativa é construída, opondo dois personagens com os mesmo anseios a manifestações contrárias em relação ao tema da homossexualidade, garante o riso.

Para além da caracterização de um homossexual como alienado e em busca apenas do prazer individual, que por ventura algum adepto da correção política venha a fazer, o fator risível deste discurso é justamente contestar o politicamente correto.

Diferente do segundo cartum que apenas flerta com a brincadeira à correção política, este último assume diretamente o tom de crítica ao assunto. O discurso assumidamente panfletário do primeiro personagem (em uma mesa de bar, cenário pouco apropriado para tal discurso) é quebrado pela simples manifestação do desejo hedonista do segundo.

A grande crítica que este cartum carrega é atribuir ao discurso politicamente correto uma inconveniência manifestada em oposição ao divertimento e busca do prazer. O que é reforçado até pela própria postura do primeiro homossexual, sério e político, diferente do comportamento do segundo, com uma fala mais debochada e risonha.

A oposição na análise do discurso é enxergada por Milton José Pinto como:

Qualquer diferença de sentido entre dois discursos que pode ser creditada às diferenças existentes nas condições da produção. Se os discursos comparados apresentam poucas diferenças, é possível arriscar, com uma alta probabilidade, uma análise explicativa que relacione a situação pragmática e histórica a determinados traços diferenciadores dos discursos e aos sentidos resultantes. (PINTO, op cit, p 10).

No caso do cartum, os dois discursos opostos (o da política x o do prazer) ganham ecos pela situação vivenciada atualmente. Em tempos de constante apelo pela patrulha do politicamente correto, principalmente no campo da linguística, Sieber ridiculariza o proselitismo da causa, dando vazão pelo humor na busca pelo prazer individual.

Nos três cartuns envolvendo piadas sexuais em absolutamente nenhum o alvo da chacota foi a prática do sexo não convencional. Embora nos três casos a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo (ou com um travesti) aparecesse como pano de fundo da narrativa, o elemento motivador do riso não apelava exatamente para estes assuntos.

Enquanto no primeiro o humor cartum a chave para o humor está na naturalização da expressão "dar meia hora de cu" como pagamento de uma dívida, no segundo o gracejo é provocado pela desconstrução de personagens não estereotipados em meio a uma confusão. O último, que mais se aproxima das piadas sobre gays tradicionais, subverte a lógica de depreciar o sexo entre iguais. A piada valoriza o prazer homossexual em virtude de um discurso político de pretensa igualdade.

3.2 - Piadas machistas

Neste tópico destinarei a análise a três cartuns referentes a piadas machistas, buscando entender como é formulado o humor em Sieber sobre o assunto.

Eis o primeiro cartum:



A própria estética do cartum, de saída, já entrega elementos sobre seu caráter politicamente incorreto. O que está em questão é a retratação dos personagens masculino e feminino na narrativa.

A mulher está caracterizada dentro de uma ótica de submissão. Praticando sexo oral, ajoelhada e sendo comandada pelo homem. Este por sua vez, em pé, sem mostrar o rosto, é o único que tem direito de fala no cartum. Ele utiliza sua fala para reforçar a submissão a personagem feminina (- não adianta fazer essa carinha. Ainda não perdoei você, ele diz). A fala do personagem masculino exagera a cena de submissão que antecede a própria leitura do balão.

A técnica freudiana empregada pelo humor neste caso é justamente o exagero do machismo, combinado com o rebaixamento da figura feminina.. A cena apela para um domínio masculino e o texto leva a entender um desentendimento anterior entre o homem e a mulher, sendo resolvidos pela prática sexual (algo que historicamente é atribuído ao homem como forma de pacificar uma questão).

A relação praticada entre eles entrega alguns elementos. Por se tratar de sexo oral, a mulher praticando, o homem é o beneficiado pelo prazer físico. A mulher apenas oferta. Mesmo assim, o homem (irritado por alguma ação anterior não revelada) admite não ter perdoado a personagem feminina.

Ao contrário dos cartuns do último tópico, este realmente faz referências diretas ao machismo, fazendo questão de acentuá-lo para provocar o humor. Como vimos no capítulo II, o movimento da correção política nasceu justamente do movimento feminista, primeiro movimento organizado das minorias, ainda na década de 1960, nos EUA, a reclamar direitos igualitários.

Ao contrário da sutileza dos cartuns sobre gays, tavestis e relações de coito anal, este cartum prima pela linguagem direta, inclusive escancarando a relação sexual sem maiores eufemismos.

Diante da indagação da escolha de estilos diferentes para tratar dois temas vigiados pela correção política, levantei algumas hipóteses para explicar a diferença de tratamento dado para as piadas ligadas a homossexualidade e as piadas machistas.

Segundo dados do Registro Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho do Brasil, em 2009, as mulheres tiveram um aumento de 5,34% na participação do mercado de trabalho, em relação ao ano de 2008, enquanto os homens tiveram um aumento de 3,87%. Ano passado, as mulheres ocupavam 17 milhões de postos, enquanto os homens estavam em 24,1 milhões.

Em relação a nível de escolaridade, as mulheres já são maioria, ocupando mais postos entre os trabalhadores com ensino superior completo. Elas correspondem a 3,97 milhões

de vagas, enquanto eles são 2,76 milhões.

O posicionamento no mercado de trabalho é apenas um dos aspectos para entender o fortalecimento das mulheres na sociedade. Demais direitos (voto, candidatura, altos cargos públicos) estão no contexto que a pesquisadora Lena Lavinas, estudiosa das questões de gênero, classifica como "feminização da sociedade".

Segundo Lavinas:

Como as mulheres aumentaram suas vantagens competitivas *vis a vis* com os homens no mercado de trabalho, cabe saber se isso é consequência de uma mudança no perfil da força de trabalho feminina ou se é resultado de mudanças nos postos de trabalho criados por essa nova dinâmica de acumulação produtiva. (LAVINAS, 2006, p, 21)

Isto leva a supor que, com a maior inserção das mulheres na sociedade, as rédeas dos movimentos feministas em relação ao politicamente correto ficam muito mais frouxas, permitindo que o humor não entre em uma zona de conflito de um tema melindroso.

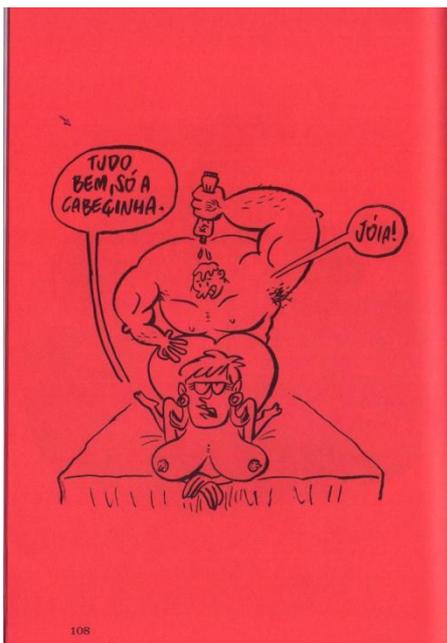
Segundo Rossoni, o politicamente correto tem sua patrulha estabelecida de forma mais rígida em grupos tradicionalmente excluídos e que buscam na linguagem um suporte para coibir caracterizações que tragam prejuízos a imagem.

A ascensão das mulheres na sociedade permite que o machismo seja veiculado sem maiores sutilezas, o que levanta suspeitas de um inconformismo por parte dos homens com relação a "ocupação feminina" em postos de destaque e status social.

Segundo Freud, o humor é a contribuição feita ao cômico pelo superego (nível psíquico que inibe moralmente o ego). Sendo revelado prioritariamente como forma de atingir através do humor, em meio a criação uma fantasia coletiva tácita. (FREUD, 1905, p. 121).

Em meio ao afrouxamento da patrulha do politicamente correto e um sentimento revanchista poderiam estar as razões para um humor ácido nas piadas machistas.

Trago um outro cartum que reforça os mesmos elementos apresentados anteriormente:



A mulher sendo possuída pelo homem durante a prática sexual; o desejo masculino sendo atendido pela mulher (e não o contrário); a mulher como um objeto sexual e a piada manifestada pelo deslocamento de uma situação ocorrida no sexo são alguns dos elementos novamente posto por Sieber neste segundo cartum.

Neste desenho especificamente, Sieber brinca com a expressão "colocar só a cabecinha", exagerando seu sentido expresso literalmente. A frase já na sua conotação habitual indica um blefe popular do homem para possuir a mulher, o que no cartum já antecipa para o leitor o machismo que virá a seguir.

O exagero que toma conta da piada se manifesta pela posse. Como um objeto sexual, a mulher (de quatro) satisfaz o desejo masculino, por mais estranho que este possa parecer. O rosto entediado da mulher e o uso da expressão "*tudo bem*" ajudam a compor um cenário de insistência, no qual a vontade masculina é prevalecida sobre a mulher.

Ainda que, em outro tipo de interpretação, alguém venha a levantar a hipótese do humor também estar constituído no fato do personagem masculino não ter compreendido a expressão colocar "só a cabecinha", o que reforçaria o estereótipo de homem musculoso e burro, o cartum ainda assim carregaria doses de humor machista.

Assim como no outro cartum sobre o tema, o sexo aparece para ressaltar o prazer físico do homem, sem questionamentos da mulher. Esta por sua vez aprova o desejo masculino, seja para ser perdoada na discussão ou pela insistência.

No tipo de humor que Sieber propõe sobre o tema, o sexo é a zona de integração entre os personagens, mas, como forma de caracterizar o machismo, apenas um dos desejos (no caso do homem) prevalece em cena.

O exagero da subjugação mecaniza os personagens assim retratados. Suas vontades são diminuídas e eles agem de forma robótica para atender os mandos e desmandos daqueles que os controlam, por isso provocam o riso. Quanto mais absurda e exagerada forem estes mandos (no cartum o homem faz menção de introduzir seu crânio na mulher) mais desconforto aparentará no personagem submisso, e sua contradição entre ser violentado e atender seu "protetor" produzem o efeito cômico. (BERGSON, 1900, p. 44).

Novamente o machismo se faz presente sem maiores sutilezas, escancarando inclusive um instante de intimidade sexual. O que corrobora com os dados levantados sobre a independência feminina na sociedade e o afrouxamento da patrulha politicamente correto sobre a questão.

Terceiro e último cartum de Allan Sieber sobre o tema do machismo:



O primeiro ponto a ser notado neste cartum é a referência ao sexo de maneira mais reservada. A mulher praticamente suplica ao marido para que seja possuída sexualmente como nos velhos tempos, o homem, porém, nega. Como o sexo é mencionado mas não praticado, sua "referência reservada" tem o intuito de reforçar a ausência, onde justamente ele (o sexo) deveria constar.

Neste cartum, Sieber inverte de forma inteligente o papel da mulher. De objeto sexual para agente ativo do desejo manifestado. A frustração que reforça a piada machista é a negativa do marido. Ainda que em boa medida a personagem feminina tenha conseguido manifestar seu desejo pelo sexo (o que não acontece nos dois outros cartuns), a vontade que prevalece é a do homem (assim como nos dois outros desenhos).

O argumento usado pela mulher tinha como base a memória, resgatava algo acontecido no passado. A forma como se dá a negativa do marido, elemento causador do riso, é a condenação da base do argumento da esposa. Ao mencionar a falta de memória, ele nega de maneira simplória o argumento constituído por ela, calcado apenas na lembrança.

Além do rebaixamento moral da personagem feminina, que aceita uma justificativa barata para não ser atendida, outra questão freudiana norteia o cartum. Segundo Freud, o humor baseado na memória tem como objetivo resgatar uma lembrança firmada no passado estendendo seu domínio para associações materializadas no presente, que por forma ou outra não são plenas. (FREUD, op cit, p 110).

A vontade da mulher negada pelo marido, conforme evidencia o próprio desenho de Sieber, pode ser entendido por uma série de elementos que justificariam o machismo. A personagem feminina pesa muito mais do que o marido, usa trajes de dona de casa (avental e uma colher de pau) e está muito mais para uma empregada dele do que para esposa. Aliás, o fato dele estar comendo uma coxa de galinha e bebendo cerveja (possivelmente trazida por ela conforme podemos deduzir dado a sua subserviência) reforçam esta imagem.

Está desenhado no cartum uma oposição entre a mulher submissa (dona de casa, empregada do marido) e o homem que trabalha fora e comanda as ações familiares (mas não satisfaz a esposa). Este cartum de Sieber, diferentemente do que acontece em relação as piadas sobre homossexualidade, utiliza pouco da sutileza para caracterizar o machismo. Sua temática quase nada difere das piadas clássicas sobre o tema (*carro de mulher é o forjão; Sabe como faz para levar uma mulher ao orgasmo? quem se importa*).

A maior liberdade sobre o tema praticamente gera o retorno das mesmas técnicas empregadas anteriormente ao crescimento da vigilância do politicamente correto. O alvo do riso em Sieber é a mulher aceitando as imposições masculinas, ou tendo seu desejo reprimido pelos homens.

Nos três cartuns que representam a mulher, embora no primeiro esta nem chegue a falar, prevalece sempre a lógica do confronto homem x mulher em cena. Neste duelo, em que o sexo aparece como elemento de integração, as técnicas empregadas para provocar o humor, nos três casos, privilegiam a figura masculina na proporção que rebaixam a representação da feminina.

3.3 - Humor negro; humor sobre negros

Neste tópico analisarei três formas de caracterizar os personagens negros pelas mãos do cartunista.

Vamos ao primeiro:



A piada deste cartum está na forma - bem simples - que os executivos (todos brancos) resolvem a questão da cota mínima para negros na novela das seis. A fórmula considera melhor é aumentar o número de filhos das empregadas. Assim como no primeiro cartum sobre o tema da homossexualidade, neste também não existe a caracterização de personagens negros, o que reforça a exclusão que Sieber quer transparecer.

Novamente neste cartum está posta uma crítica ao politicamente correto. A determinação de ter uma cota mínima para negros em novelas é driblada ao pôr o negro em um papel inferior na sociedade. A manifestação humorística critica um racismo institucionalizado e enraizado, que sem qualquer reflexão situa de "bate-pronto" o negro em uma posição subalterna.

Para o antropólogo Kabengele Munanga, professor - titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, a inclusão do negro, ainda que somente em posições inferiores na sociedade, é o modelo encontrado pelo Brasil para proclamar sua democracia racial, estruturada, entre outras coisas, na crença de um país onde não imperam conflitos raciais e regimes separatistas (como o *Jim Crow*, EUA, e o *Apartheid*, África do Sul). Neste tipo de regime, que de alguma forma -bem discriminatória - inclui o negro, "imagina-se que em nosso país as ascensões sociais do negro e do mulato nunca

estiveram bloqueadas por princípios legais". (MUNANGA, 2004, p. 28).

Para Sandra Leal, o humor com tema racista funciona como papel de mediador, contribuindo para o encobrimento do racismo brasileiro. A ambiguidade própria do humor dificultaria definir o abuso do preconceito contra negros e qualquer raça vítima de chacota ou achincalhamento. (LEAL, 2008, pág. 7)

Para Leal:

Por meio do riso, o brasileiro encontra uma via intermediária para extravasar seu racismo latente, contornando a censura e a reflexão crítica sobre seu conteúdo e sobre o alcance de satisfação simbólica que o riso propicia, ao mesmo tempo em que ele não compromete sua auto-representação de não racista. Como se trata de algo que não costuma ser levado a sério – objeto difuso e ambíguo –, a piada racista não é alvo fácil de uma ação legal nem de uma imputação penal conseqüente. Sua inscrição não está clara nem mesmo para quem faz uso dela, o que produz a falsa e confusa impressão de que o objeto do riso não tem nenhuma relação com o prazer que ele produz, ou seja, o fato de rir de uma piada racista não define o indivíduo como racista. (Idem).

Para além de ser uma piada racista, este cartum de Sieber está muito mais preocupado em evidenciar um politicamente correto ineficiente e formas preconceituosas de burlar suas sanções. Assim como no tema sobre a homossexualidade, e diferente do que faz em relação as mulheres, Sieber utiliza o racismo como pano de fundo no contexto de crítica da correção política.

Exemplo idêntico que também podemos constatar neste cartum:



O humor registrado neste cartum está na oposição entre o que é pregado pela personagem que tem voz de fala e o que de fato é demonstrado. A piada reside também na ambiguidade referente ao termo "família". A empregada Cidinha que deveria ser mostrada como um parente, pela expectativa gerada após o anúncio da primeira personagem, é caracterizada como um cachorro de estimação (que também pertence a família, mas em uma condição de coisificação).

O riso novamente recai sobre a caracterização do politicamente correto, que força um hábito de agir sem que necessariamente seja eliminado vestígios de preconceito. A disparidade entre discurso e prática leva ao riso. A questão racial aparece como primeiro script fornecendo subsídios para reforçar uma prática discriminatória, ainda que sem tomada de consciência.

Para Leal a abordagem humorística, mesmo quando crítica, favorece o "racismo discreto". O discurso racista que se critica é "empregado como recurso simbólico e impede que, diante da tolerância imposta pelo riso, seja estabelecida uma agenda efetiva para se discutir o preconceito no Brasil". Ainda segundo a autora, o humor gera uma "acomodação passiva de valores" (LEAL, op cit, p 32).

Nas técnicas do humor existem pelo menos três formas de atuação peculiar para caracterizar os personagens. Existem aqueles personagens de comportamento elástico, rígido e mecânico. Dentre os personagens dotados de elasticidades estão aqueles que conseguem escapar de situações constrangedoras usando a inteligência, ou a esperteza (no Brasil é famoso o personagem "Joãozinho" como um menino sabido). Os rígidos seriam aqueles que são ludibriados e enganados (loiras e portugueses no humor

popular). Os mecânicos são transformados em objetos de acordo com as variações do fluxo narrativo. Define Henri Bergson: "rimos sempre de uma pessoa que nos dá a impressão de coisa" (BERGSON, op cit, p.43).

Nos dois cartuns sobre o negro, principalmente neste segundo, existe uma coisificação do personagem, ainda que como forma de denúncia. O negro ou não aparece ou tem sua voz de fala associada apenas a um latido. Longe de acusar Sieber de prática discriminatória, a opção feita em seus cartuns revela uma vitimização do negro de forma demasiada, que pode ser interpretado como um efeito demagógico do próprio politicamente correto. Para Bento a correção política tem como um de seus danos colaterais a vitimização excessiva, ou defesa desesperada e demagógica de determinado segmento (BENTO, op cit, p 43).

Este possível traço demagógico em Sieber não se manifesta de forma infantil, preocupando-se em dotar o negro de todas as qualidades possíveis, como uma *mea-culpa* que lhe legitimasse a brincar com o tema. Seu traço está associado a repetição do negro como personagem-vítima, o que gera, dado o caráter dúbio do humor, uma caracterização do negro como personagem menor ou pouco resistente (LEAL, op cit, 12).

Apesar disso, ao contrário do que faz nas piadas com as mulheres e até com expressões homossexuais, Sieber recusa-se a fazer piadas depreciativas com os negros, afastando os estereótipos populares que dão conta, nas anedotas, do negro como presepeiro (*Um branco e um negro caíram do décimo andar de um prédio. Quem chegou primeiro? O branco. O negro parou para fazer presepada*) e também associações que fomentem um revanchismo racial (*Por que o negro sempre atravessa na faixa? Para pisar em um branco*).

Para ampliar a análise da retratação do negro em Sieber, trago neste último cartum do trabalho uma representação humorística que não está associada a questão da discriminação propriamente dita.



O humor do cartunista neste desenho reside na decepção da personagem feminina com a descoberta que seu parceiro não representa o mito do negro com o pênis avantajado. Engraçado observar neste flagrante que, ao contrário das piadas machistas do mesmo autor, neste cartum é a mulher que mostra a decepção no sexo, cabendo ao homem aceitar o constrangimento.

A piada está localizada também no texto. Podemos supor na leitura do balão que o homem negro prometeu modificar os conceitos dela (mulher) em relação a ele (o que registra uma singela caracterização racial, embora não seja o foco do riso neste caso).

Uma das técnicas humorísticas consagradas por Freud é justamente o rebaixamento moral daquilo que se gera grande expectativa ou se anuncia como algo de grande valor. Bergson consente que o constrangimento na reação daquele que promete algo e não cumpre é também alvo de sonoras gargalhadas. Neste cartum está claro que o rebaixamento moral do personagem negro está associado ao tamanho reduzido do seu pênis, quando tinha-se outra expectativa.

Para Rolf de Souza, o próprio mito do negro como favorecido sexualmente denota uma espécie de diferenciação racial proposital. Para o autor, no imaginário ocidental, "o negro não é um homem, antes ele é um negro e como tal não tem sexualidade, tem um sexo, um sexo que desde muito cedo foi descrito no Brasil como atributo que o

emasculava ao mesmo tempo em que o assemelhava a um animal em contraste ao homem branco". (SOUZA, 2009, pág 100).

Souza ainda vocifera:

Os homens negros eram motivos de desconfiança e temor, e este temor foi constante no decorrer da História do Ocidente desde que os europeus fizeram os primeiros contatos com o continente africano; nesse processo tenso e por vezes doentio, o pênis negro tornou-se o ponto de referência das relações que seriam estabelecidas a partir daí entre homens negros e brancos. O pênis negro foi medido, pesado e dissecado por cientistas ávidos, sendo guardado em recipiente com formol e exibido na Europa causando *frisson* em uma platéia que ao mesmo tempo se espantava e desejava o que via (Idem, Ibidem).

Operando pela lógica da criação do "mito do negro avantajado" como parte um discurso de animalização, neste caso, o rebaixamento moral submetido por Sieber a seu personagem humanizaria o mesmo.

Longe da demagogia por vezes exagerada em sempre vitimizar quem é alvo do preconceito, e brincando com a questão do mito (duas representações que afastam o personagem da sua face humana: a mitificação e a vitimização), o humor cumpriria o expediente de afastar a pecha discriminatória através do riso. Um motivo por demais nobre para ser controlado sem maiores defesas por uma patrulha que dita costumes, em boa parte das vezes, falsos a realidade que se enxerga.

CONCLUSÃO

A análise da obra de Allan Sieber neste trabalho traz algumas considerações sobre a forma como o humor declaradamente politicamente incorreto lida com a vigilância estabelecida. Aproveitando três temas polêmicos para fazer análise, esta monografia teve o privilégio de perceber, de maneira muito clara, como diferentes assuntos são expostos de acordo com o grau de patrulha e restrições feitas particularmente a cada uma delas.

Se os cartuns para negros e gays trazem um conteúdo muito mais brando, os destinados às mulheres transbordaram em acidez, inclusive, apelando para uma técnica do exagero estético.

É sabido da existência da lei contra o racismo (nº 7.716) e o projeto de lei 122, que criminaliza qualquer coação e ridicularização aos gays. Apesar da Lei Maria da Penha proteger as mulheres de agressões físicas e morais, não existe qualquer impedimento jurídico que recrimine a manifestação do machismo. Esta é uma das hipóteses levantadas por este autor, inclusive, para justificar o comportamento do cartunista em relação a chacota maior sofrida pelas mulheres.

Em uma sociedade com herança patriarcal e escravocrata como a nossa é impossível não detectar rastros de racismo, homofobia e machismo. O próprio “humor à brasileira” não esconde estes traços em suas caracterizações a negros, gays e mulheres. Para alguns autores, o dano trazido por este tipo de humor é justamente uma naturalização do preconceito através do riso, provocando traumas sociais irrepreensíveis.

Apesar de não usarem auréolas de anjo e nem se portarem como tal, o humor, no entendimento deste autor, é menos prejudicial do que o próprio politicamente correto quando aborda tais temas polêmicos. A correção política, por mais bem intencionada que venha a ser, prima por uma interdição prévia, condenando formas de expressão e ordenando tantas outras maneiras de agir e falar.

O politicamente correto diferentemente do humor se esconde por meio de elaborações eufêmicas, forçando uma igualdade onde ela jamais existiu. O humor, ainda que pelo escracho, denuncia a diferença que, de fato, existe no tratamento do homem branco para o homem negro; do heterossexual para o gay; do homem para a mulher.

Para além da escolha de um lado nesta batalha entre humor e politicamente correto, o que chama especial atenção na obra analisada é a forma como o discurso humorístico se reconfigura para escapar da patrulha. Seja no enfrentamento direto, como Sieber opta

para caracterizar as mulheres, ou na própria metalinguagem da piada para ridicularizar o politicamente correto como tema principal.

Fruto de severas restrições ao longo da história humana, o humor, tantas vezes usado como arma a serviço da denúncia ou da coação dos mais fracos, consegue se desvincular da neutralidade proclamada pelo politicamente correto, ainda que sofra algumas sequelas, como a abertura de processos judiciais e protesto de militantes exaltados.

Por outro lado, um aspecto que notamos neste trabalho – seja pela própria censura prévia feita pela editora do livro *Assim Rasteja a Humanidade*, seja pelo próprio conteúdo expresso por Sieber – é que o humor também cede terreno para a correção política, diminuindo seu poder de fogo por aceitar previamente a vigilância que um embate como este pode trazer. Quando não caracteriza personagens em cena, talvez uma opção para evitar a estereotipação, ou desvia o foco da piada para algo menos polêmico pode-se supor uma ação diplomática do humorista para evitar problemas futuros.

Como o politicamente correto traz como defesa a proteção de temas igualitários e tem uma facilidade muito grande de apontar racistas, machistas e homofóbicos, o humor também sucumbe a esta pressão e diminui sua acidez em determinadas críticas. A história prova que em vários períodos o riso sofreu abalos terríveis, sendo interditado, demonizado e proibido, mas mesmo assim sempre continuou existir como expressão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1988.

BENTO, António. *A Língua da Correção Política*. Tese, Universidade da Beira Interior, 2008.

BERGSON, Henry. *O riso*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BERMMER, Jan e ROODENBURG, Herman.(orgs). *Uma História Cultural do Humor*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

BURKE, Peter. “Fronteiras do Cômico nos primórdios da Itália moderna”. IN: BERMMER, Jan e ROODENBURG, Herman.(orgs). *Uma História Cultural do Humor*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

CARREIRA, Fernanda, *Publicidade Politicamente Correta: A Construção do Sentido da Beleza Feminina no Anúncio da Dove*. Artigo apresentado na Universidade Federal da Bahia pelo Intercom, 2009.

CHEN, Kuan-Hsing (orgs.), *Stuart Hall - Critical Dialogues in Cultural Studies*, London/New York: Routledge, 262-275.

COULTHARD, Malcolm. *Linguagem e sexo*. São Paulo: Ática, 1991.

DRIESSEN, Henk. “Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia”. IN: BERMMER, Jan e ROODENBURG, Herman.(orgs). *Uma História Cultural do Humor*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

ECO, Umberto. *A passo de caranguejo*. Lisboa, Difel Editores, 2007.

FERREIRA, Marco Aurélio. “ Piada sem Graça”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 3, número 33, junho de 2008. pp-68-71.

FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago; 1977.

GRAF, Fritz. “Cícero, Plauto e o riso romano”. IN: BERMMER, Jan e ROODENBURG, Herman.(orgs). *Uma História Cultural do Humor*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

GUREVICH, Aaron. “Bakhtin e sua teoria do carnaval” IN: BERMMER, Jan e ROODENBURG, Herman.(orgs). *Uma História Cultural do Humor*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

HALL, Stuart 1996a [1992]: Cultural studies and its theoretical legacies. In MORLEY, David e

JOHNSON, R. O que é, afinal, estudos culturais? In SILVA, T. T. (Org.). *O que é, afinal, estudos culturais?* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 9-131.

LAVINAS, Lena, Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho, volume 1, Chile, 2002.

LEAL, Sandra de Melo Dahia, A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil, artigo apresentado no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2008.

LE GOFF, Jacques. "O riso na Idade Média". IN: BERMMER, Jan e ROODENBURG, Herman.(orgs). *Uma História Cultural do Humor*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*. São Paulo, Contexto do Livro, 1991

MAIOR, Mário Souto, Dicionário do palavrão e termos afins, Belo Horizonte, Editora Leitura, 2010.

MUNANGA, Kabengele . *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Petrópolis, Vozes.1999.

PALÁCIOS, Annamaria da R. Jatobá. Breves articulações entre noções da análise de discurso e pressupostos teóricos da publicidade, em análise de anúncio. *ComunicArte - Revista de Comunicação e Arte*, Aveiro, v. 1, n. 4, dezembro de 2003.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Texto, crítica, escritura*. São Paulo: Ática, 1993.

PINTO, M. *Comunicação e discurso: Introdução à Análise de Discurso*. São Paulo, Hacker Editores, 1999.

POSSENTI, Sírio. *Humor, língua e Discurso*. São Paulo, Editora Contexto, 2009.

POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira? *Polifonia (UFMT)*, v. 12, n. 2, p. 47-72, 2006.

REVISTA EXAME, *Na mira do politicamente correto*, nº 264, 2004.

SIEBER, Allan, Assim Rasteja a Humanidade, Rio de Janeiro, Editora Desiderata, 2006.

SOUZA, Rolf Ribeiro de, As representações do homem negro e suas conseqüências, *Revista Fórum de Identidades*, Volume 6, Ano 3. 2009.

STIMPSON, Catharine R. Presidential Address 1990: On Differences. *Publications of the Modern Language Association of America (PMLA)*, n. 106, 1991.

ORWELL, George. 1994. Lisboa, Editora Ulisseia, 1955.

TOWNSEND, Mary Lee. “ O humor e a esfera pública na Alemanha do século XIX.”
IN: BERMMER, Jan e ROODENBURG, Herman.(orgs). *Uma História Cultural do Humor*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

VERBERCKMOES, Johan. “ O Cômico e a Contra-Reforma na Holanda espanhola.”
IN: BERMMER, Jan e ROODENBURG, Herman.(orgs). *Uma História Cultural do Humor*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

FONTES E SITIO.

1-BILLINGS-HARRIS, Lenora. Politically Correct Language [online]. Disponível em: www.sideroad.com/Business_Communication/politically-correct-language. Disponível em: [tp://200.189.179.30/primapaginax.com.br/materia_ver.phpcontador=11109&coluna=litter](http://200.189.179.30/primapaginax.com.br/materia_ver.phpcontador=11109&coluna=litter).

2- Jornal A Tarde, 1 de outubro de 2008. Artigo de João Ubaldo Ribeiro. “A luta para ser politicamente correto”.

3- YOUNG, Howard. “Politicamente Correto: O Real dicionário do demônio”. 03 Jan 2000. 09 Jan 2001. <<http://voyager.dvc.edu/~bmckinney/young1.html>>